



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 659 - DE 6 A 20 DE MARÇO DE 2022 - R\$ 4,00

Agrava-se a crise na Ucrânia e na Europa

**Somente o proletariado organizado e mobilizado
pode encontrar uma solução progressiva**

**Abaixo as medidas econômicas e financeiras
de Biden contra a Rússia e a economia mundial!**

Pelo desmantelamento da OTAN!

**Pelo fim das bases militares dos Estados Unidos
na Europa e no mundo!**

Retirada das Forças Armadas russas da Ucrânia!

Pela autodeterminação e unidade territorial da Ucrânia!

**Trabalhadores, lutemos pelo socialismo,
único caminho para acabar com as guerras
provocadas pelo capitalismo apodrecido**

MEDIDAS DO IMPERIALISMO AGRAVAM A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

Somente a classe operária organizada e mobilizada pode dar uma saída progressiva à guerra

Os Estados Unidos não aceitaram o pleito da Rússia para que a Ucrânia não aderisse à OTAN, quando ainda ocorria apenas a movimentação de tropas russas na fronteira dos dois países. Assim, não deixou alternativa a Putin, senão a de ocupar militarmente a Ucrânia, e avançar no sentido de derrubar o governo de Zelenski.

O imperialismo tinha claro que era impensável um recuo das Forças Armadas russas de mãos vazias. Ao não se procurar um acordo de neutralização da Ucrânia, Biden tinha absolutamente claro que se instalaria a guerra. Também tinha claro que a OTAN não poderia intervir diretamente contra a operação militar da Rússia.

A divisão no seio da burguesia europeia, quanto a uma ação dessa natureza, pôs um limite à diretriz norte-americana, de incentivar uma guerra, que fosse além das fronteiras da Ucrânia. O governo e a oligarquia ucraniana admitiram tornar o seu país em peão da diretriz do imperialismo, de fechar o cerco militar à Rússia. Todos tinham a perfeita noção de que a Ucrânia seria arruinada, de que não havia como resistir militarmente à incursão das tropas russas, de que as instalações nucleares não tinham como ser protegidas, de que haveria morticínio de civis, e de que se formaria uma onda de refugiados. Tanto os Estados Unidos e seus aliados europeus, quanto a Rússia, tinham calculado as bárbaras consequências da guerra, que não se sabe ainda até onde podem chegar.

A Rússia não é uma potência econômica, mas se conservou como potência militar no pós-guerra, ainda quando se valia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, completamente degenerada, e muito distante da que se originou da Revolução de Outubro de 1917. Por enquanto, essas condições permitiram a Putin ir à guerra na Ucrânia, um passo muito mais ousado do que aquele dado na Geórgia. Os Estados Unidos contam com a fraqueza econômica do adversário, para atacá-lo pelo seu flanco mais débil. Biden conseguiu arregimentar as potências europeias a reagirem no campo da guerra comercial, e a incentivarem a resistência popular, enviando armas e recursos a Zelenski.

O plano de Biden para sufocar a economia russa foi posto em prática. Mas, não como pretendiam os norte-americanos. A retirada da Rússia do sistema de pagamento internacional (Swift) atingiu parte dos bancos e das operações financeiras russas. Isso porque os europeus não poderiam correr o risco de a Rússia se ver na contingência de cortar o fornecimento de gás. Evidenciou-se a antiga guerra comercial dos monopólios petrolíferos, em torno ao gasoduto que liga a Rússia produtora à Europa consumidora. A aceitação pela Alemanha de suspender a entrada em funcionamento do gasoduto Nord Stream estampou o objetivo dos Estados Unidos de limitar – e se possível controlar – a capacidade da Rússia de influenciar o mercado das tão estratégicas commodities.

As tendências bélicas do imperialismo se têm potenciado



no último período, em consonância com o recrudescimento da guerra comercial dos Estados Unidos contra a China e a Rússia, fundamentalmente. O avanço do cerco da OTAN à Rússia, por intermédio das ex-repúblicas populares do Leste Europeu e ex-repúblicas soviéticas, faz parte do cerco que os Estados Unidos estão montando em torno à China. Desde 2005, o imperialismo norte-americano tem aumentando a pressão sobre seu mais poderoso concorrente.

A persistência da crise mundial coloca a maior potência em rota de colisão com todos os países que ofereçam algum tipo de resistência aos interesses da burguesia norte-americana. A China, na Ásia, e a Rússia, na Europa, formam dois pontos de convergência da guerra comercial. Esse movimento mundial do imperialismo norte-americano está na base da crise instalada na Ucrânia.

É visível que as medidas econômico-financeiras aplicadas contra a Rússia afetarão a Europa de conjunto, e o restante do mundo. Já está ocorrendo uma significativa alta dos preços do petróleo, gás, matérias-primas e alimentos. Os monopólios esperam ganhar muito com o conflito ucraniano. Isso nas condições em que as massas mundiais continuam ainda padecendo das catastróficas consequências da Pandemia. As medidas ditatoriais impostas pelos Estados Unidos atingirão, não apenas a Rússia, mas também a maioria das débeis economias do capitalismo mundial. Atingirão, não apenas os explorados russos – o que já seria altamente condenável –, mas também os do mundo inteiro.

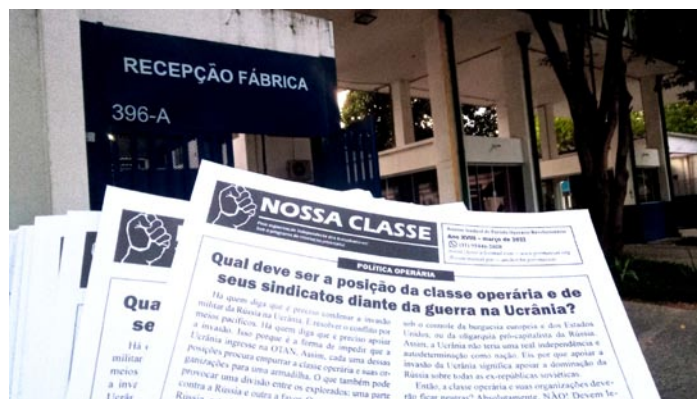
A bandeira de revogação imediata das medidas antinacionais e antipopulares de Biden e aliados se junta às que o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) vem empunhando: *“pelo desmantelamento da OTAN; fim das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo; retirada imediata das tropas russas da Ucrânia; pela autodeterminação e unidade territorial da Ucrânia; recuperação das conquistas revolucionárias do proletariado pela Revolução de Outubro, e pela edificação da URSS”*. Somente a classe operária organizada e mobilizada, como direção a maioria oprimida, pode encontrar uma saída progressiva para a crise do capitalismo em decomposição e a guerra.

Boletim Nossa Classe / *Política Operária***Qual deve ser a posição da classe operária e de seus sindicatos diante da guerra na Ucrânia?**

Há quem diga que é preciso condenar a invasão militar da Rússia na Ucrânia. E resolver o conflito por meios pacíficos. Há quem diga que é preciso apoiar a invasão. Isso porque é a forma de impedir que a Ucrânia ingresse na OTAN. Assim, cada uma dessas posições procura empurrar a classe operária e suas organizações para uma armadilha. O que também pode provocar uma divisão entre os explorados: uma parte contra a Rússia e outra a favor. Quem estiver contra a Rússia, estaria favor dos Estados Unidos e da OTAN. Quem estiver a favor da Rússia, estaria contra os Estados Unidos. A campanha da imprensa está inteiramente voltada à defesa dos Estados Unidos.

Aqui começa a resposta operária contra a armadilha montada. Os Estados Unidos e a OTAN, há muito, vêm cercando a Rússia com suas bases militares no Leste Europeu. Se a Ucrânia aderir à OTAN, então, o cerco se fecha na fronteira da Rússia. Eis a primeira resposta a ser dada pela classe operária: pelo desmantelamento da OTAN, pela retirada de todas as bases militares do EUA da Europa e do mundo. A resposta começa por aí, porque o imperialismo norte-americano é o maior responsável pelo fato da Rússia ter reagido por meio da invasão da Ucrânia. Os operários e suas organizações do mundo inteiro devem levantar a bandeira: Fora os EUA da Europa, e fim da OTAN!

Em seguida, vem a segunda resposta. A Rússia saiu em defesa própria, não para expulsar o imperialismo norte-americano, mas para manter seu domínio regional sobre as ex-repúblicas soviéticas, que resultaram da desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A Ucrânia, portanto, ou deve estar sob o controle da burguesia europeia e dos Estados Unidos, ou da oligarquia pró-capitalista da Rússia. Assim, a Ucrânia não teria uma real independência e autodeterminação como nação. Eis por que apoiar a invasão



da Ucrânia significa apoiar a dominação da Rússia sobre todas as ex-repúblicas soviéticas.

Então, a classe operária e suas organizações deverão ficar neutras? Absolutamente, NÃO! Devem se levantar -se na Ucrânia, Rússia, Europa, Estados Unidos e em todo o mundo, com suas bandeiras próprias, seus métodos de luta e democracia proletária. Eis as principais bandeiras: desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas; autodeterminação e unidade nacional da Ucrânia, e retirada imediata das tropas russas do território ucraniano. Esse é o ponto de partida da resposta operária diante do cerco imperialista à Rússia e da invasão da Ucrânia pela Rússia.

O Boletim Nossa Classe rejeita a farsa de que esse choque pode ser resolvido pela via pacífica. A classe operária está obrigada a sair em luta, com greves, manifestações, bloqueios e ocupações.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos e organizações políticas, que se reivindicam dos trabalhadores, iniciem uma mobilização, sob as bandeiras: 1) Desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas; autodeterminação e unidade nacional da Ucrânia, e retirada imediata das tropas russas do território ucraniano; 2) unidade mundial da classe operária contra a militarização imperialista, e contra a opressão das potências sobre as ex-repúblicas soviéticas.

Custo de vida pela hora da morte. Pelo reajuste automático de salários de acordo com o aumento dos preços!*Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas*

Os reajustes das campanhas salariais de 2021 ficaram, na sua maioria, abaixo da inflação oficial. Mesmo os que obtiveram os 10,49%, sabem que esse índice não recupera as perdas do poder aquisitivo dos salários. Os preços dos gêneros alimentícios estão subindo bem mais que isso. Basta ver os básicos, como arroz, feijão, óleo, macarrão, e ainda todas as carnes e ovos. Toda vez que se vai ao mercado, os preços já subiram de novo. Os fabricantes e comerciantes vão aumentando tudo, enquanto os salários ficam defasados. E o governo fabrica um índice de inflação que não corresponde à alta do custo de vida.

É preciso organizar a classe operária para enfrentar coletivamente essa situação. Criar as comissões de fábrica,

convocar as assembleias gerais unitárias, discutir e aprovar uma pauta de reivindicações e ir à luta. Não aceitar a desvalorização dos salários, que corresponde a uma maior exploração do trabalho. Exigir a reposição das perdas reais, e o reajuste automático dos salários, de acordo com um índice verdadeiro do aumento dos preços, determinado pela organização sindical independente dos trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe defende: 1) que as centrais, sindicatos e movimentos iniciem imediatamente uma campanha nacional pela reposição de todas as perdas, por um aumento geral dos salários e pelo reajuste automático (escala móvel de reajuste); 2) convocar um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como ponto de partida da campanha.

Montadoras usam a desculpa da falta de peças para impor férias coletivas, layoff e demissões

A Mercedes anunciou que colocará 600 operários em férias coletivas, a partir de 14 de março. A Caoa-Chery vai usar o layoff para suspender o contrato de 450 metalúrgicos. Ambas, justificam que estão com falta de peças. Por trás das férias coletivas e do layoff, vêm as demissões. Essa foi a política das montadoras no ano passado, quando usaram as férias e layoff. Os operários, ao retornarem ao trabalho, se depararam com o Programa de De-

missão Voluntária (PDV) e, caso não atinja a meta de corte, a empresa passa a demitir livremente.

No caso da Volks, uma parte dos operários retornou do layoff, e outra permaneceu no layoff. Na volta, os metalúrgicos foram surpreendidos com o PDV.

A direção do sindicato vem com a conversa fiada de que é preciso uma política industrial. O que é preciso, na realidade, é lutar contra as demissões

e destruição de direitos. Férias Coletivas, Banco de Horas e Layoff são meios para as empresas demitirem e reduzirem salários.

O Boletim Nossa Classe defende que o sindicato deixe de apoiar as multinacionais, e comece a lutar de verdade pelos empregos e salários. Que convoque a assembleia geral para tratar da destruição de postos de trabalho, demissões e retirada de direitos.

Recuperar a democracia operária das assembleias

Na assembleia de 10 de fevereiro, a burocracia do Sindicato Metalúrgico de São Caetano apresentou a proposta da empresa, de compensação dos feriados aos sábados, e, rapidamente, pôs fim à assembleia. Os operários votaram contra a proposta patronal, mas não puderam se posicionar. Há muito, só falam nas assembleias os dirigentes sindicais. Isso só vem aumentando o ódio de uma parcela de operários para com esses dirigentes.

É bom lembrar que, durante a Pandemia, as direções fecharam os sindicatos, e passaram a negociar os acordos de redução de salários e suspensão de contratos, a MP 936. No final do ano passado, os metalúrgicos da GM paralisaram o trabalho contra as medidas patronais. A direção do sindic-

to armou uma assembleia para suspender a greve. No início do ano, a montadora anunciou o critério de reposição dos feriados: compensação aos sábados. Novamente, o burocrata apresentou a proposta patronal e, como é de costume, impediu que fosse apresentada a proposta dos operários, que era compensar, durante a semana, aumentando 15 minutos. Aí está a conduta da burocracia, que rejeita a democracia operária.

O Boletim Nossa Classe denuncia a burocracia sindical, por fazer acordos com a patronal, e impedir que os operários se manifestem nas assembleias. Luta contra o autoritarismo das direções, defendendo a democracia sindical em todas as instâncias de decisão.

Patrões e chefetes vêm ameaçando os militantes do Boletim Nossa Classe

Não é de hoje que os seguranças da CBC vêm impedindo que o Boletim Nossa Classe seja distribuído na empresa. Ameaçam os militantes, para que esses saiam da porta da empresa. Surpreendentemente, agora, foi a vez da Volks. Como a montadora está cercada, o Boletim é colocado no alambrado, e

os militantes chamam os operários a se dirigirem à cerca. O que parecia tranquilo, agora enfrenta a repressão da empresa.

O Boletim Nossa Classe continuará sendo distribuído nas portas de fábricas. Os militantes continuarão fazendo os chamados de luta que cons-

tam dos Boletins. E denunciarão toda a sorte de ameaça, vinda do patronato ou de direções sindicais, submetidas às ordens das empresas. O Boletim Nossa Classe chama as correntes políticas, que se reivindicam dos trabalhadores, a defenderem o direito de divulgação das ideias da classe operária.

R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR

Marxismo

Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial



Lênin estrategista da revolução proletária

Apostamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Rio Grande do Norte

Boletim Nossa Classe – Fevereiro

O Boletim Nossa Classe RN inicia fazendo a denúncia da Convenção Coletiva de 2022, assinada entre o Sindicato dos Trabalhadores de Confeções (SINDCONFECÇÕES) e o sindicato patronal do vestuário (SINDVEST), cuja principal empresa é a fábrica Guararapes. A Convenção estabelece o piso salarial como sendo o salário mínimo, e concede, para os que ganham até R\$ 1.400,00, um reajuste de 50% do INPC (5,06%). Dessa forma, consolida as perdas salariais do ano anterior. O Boletim coloca que tem pressionado para que a direção do sindicato convocasse as assembleias, no entanto, a direção se limitou a sentar com o patrão e assinar o acordo. “Toda negociação, sem luta, leva à derrota e a perdas de diretos”.

Diante da política de conciliação da direção do sindicato, o Boletim mostra que é preciso constituir uma “oposição revolucionária, para recuperar o sindicato como instrumento de luta coletiva da categoria, retomando os métodos operários de organização e luta”, que tenha como plano de lutas: “1) Por um piso salarial que cubra as reais necessidades de uma família operária; 2) Reajuste salarial de acordo com a inflação; 3) Fim do banco de horas; 4) Reincorporação imediata dos demitidos na Pandemia e contratação de mais trabalhadores;

5) Estabilidade no emprego; 6) Assembleias democráticas nas portas de fábricas; 7) Retomar os métodos próprios de luta: paralisações, greves, piquetes e manifestações de rua!”

Em seguida, o Boletim Nossa Classe faz um histórico sobre o banco de horas, que “nem sempre existiu”. Surgiu 1998, e, desde então, se tem tornado cada vez mais arbitrário e abusivo”. Com o passar do tempo, o período para compensação das horas foi alongando-se, passando, de 4 meses, para 12 meses. A reforma trabalhista de 2017 possibilitou ao patrão impor o banco de horas diretamente ao operário, por meio de acordo individual. Conclui com as reivindicações: “Pelo fim do banco de horas! Redução da jornada de trabalho, sem redução de salários! Pela escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas de trabalho entre empregados e desempregados)!”

Por fim, o Boletim divulga a denúncia de um operário de São Bernardo (SP) de uma fábrica, que diz que o patrão tem obrigado os operários a consertarem as máquinas quebradas, aumentando assim a superexploração, e conclui com a tarefa da classe operária lutar, através das comissões classistas, pelo controle operário da produção.

Boletim do Nossa Classe Ecetista, fevereiro

O Boletim vem trazendo, ao longo do último ano, uma Campanha contra a Privatização dos Correios, mostrando que a privatização só pode ser definitivamente barrada pela luta organizada nas ruas, tanto da categoria ecetista, quanto do conjunto dos trabalhadores. Sem esta mobilização efetiva e nacional, apoiada nos métodos da ação direta, mais cedo ou mais tarde, a Empresa dos Correios será fatiada e vendida para os capitalistas do setor.

Como parte desta Campanha, o Boletim trouxe na edição de fevereiro a denúncia da posição das direções sindicais das duas Federações, que têm “comemorado” o retardo na aprovação do PL 591/21, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas que continua na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. A “frente” contra a privatização, criada pelas direções burocráticas, resume-se a realizar a pressão parlamentar, com a defesa de “audiências públicas”, e de visitas a gabinetes de senadores. O fato de o Senado atrasar certas votações que interessam ao governo e aos capitalistas está ligada à disputa interpartidária que antecipa as eleições de outubro de 2022, e não a qualquer

“luta” da burocracia, que fica esmolando a atenção dos parlamentares.

O Boletim também trouxe denúncias particulares sobre as condições de trabalho dos ecetistas: aumento da carga de trabalho em função da Pandemia e do comércio virtual, redução do quadro de funcionários depois de uma década sem concursos, ampliação das horas-extras, etc. Esta situação, que é mais visível nas capitais, também pode ser vista nas pequenas cidades. Além disso, o Boletim reproduz a crítica do sindicato de Minas, que alerta para o uso de motos e carros sem vistoria. Assim, temos, de um lado, a piora das condições de trabalho, a maior superexploração, em jornadas estafantes, e, de outro, o sucateamento da própria empresa, que corta gastos e custos, para se tornar mais atrativa para a privatização. Assim, o Boletim coloca: “A resposta, portanto, ao sucateamento dos Correios não pode ser limitada a uma região, a um estado, precisa ser nacional. Mostrar à população que os trabalhadores estão esgotados, que sofrem assédio moral, que arriscam suas vidas, que têm jornadas exaustivas, e que recebem tão pouco, demonstrará

que os Correios são, de fato, essenciais e não podem ser privatizados, e que sua defesa passa pela contratação de mais trabalhadores, de aumento dos salários, de melhoria nas condições de trabalho e de expansão dos serviços, e não de sua privatização”.

O Boletim conclui com a defesa da independência de classe frente às eleições burguesas que ocorrerão este ano. A necessidade de erguer a luta agora, em torno das reivindicações e da Campanha contra a Privatização, coloca, na prática, a independência dos trabalhadores e a luta em defesa de suas vidas. Ao contrário, a discussão da burocracia sindical, que posterga a luta e chama voto em “alternativas progressistas” coloca os trabalhadores no colo da burguesia, que quer superexplorar os ecetistas, e vender os Correios. Confiar nas forças da categoria, do conjunto dos trabalhadores e da classe operária significa chamar, desde já, as assembleias presenciais, para definir as reivindicações em torno dos salários, dos empregos e dos direitos e contra a privatização. Este deve ser o caminho da luta, e é isso que o Boletim Nossa Classe Ecetista tem apresentado para a categoria.

Rio Grande do Norte

Grevistas lutam pela integralidade do repasse do Piso Nacional

O magistério de São Gonçalo do Amarante tem saído na frente para fortalecer a greve pelo piso integral, o que não tem ocorrido em outros municípios, como Ceará-Mirim, Extremoz, Parnamirim e Macaíba. A direção do SINTE/Núcleo de SGA é da oposição Muda SINTE/PSTU. Em outras cidades, onde o Muda SINTE/PSTU dirige o sindicato, não há greve, apenas assembleias online e lives, semelhante à direção do SINTE/RN (PT) antes e no início da greve estadual. Já em SGA, tiveram de organizar a greve pela pressão da base, que se tem expressado nas intervenções da Corrente Proletária (CPE).

A greve em SGA começou com assembleia presencial. Houve um crescimento na participação dos trabalhadores em educação, demonstrando muita disposição de luta para arrancar o direito ao piso integral. O repasse do piso mobilizou completamente os servidores. Há também a defesa de reajuste salarial para os funcionários de escola, que amargam há décadas os salários congelados. A participação do SINDSEM (Sindicato dos Servidores Municipais), apoiando a greve, tem sido um primeiro passo, ainda que limitado e restrito à presença do presidente do sindicato nas atividades, o que coloca a necessidade de mobilizar a base dos servidores municipais, e cimentar a unidade com o magistério em greve.

Houve atos quando estavam marcadas as audiências, também com muita participação da base. A comissão de negociação estava sendo formada durante o ato, o que era muito ruim, e foi corrigido posteriormente, com a eleição da comissão em assembleia. Depois de várias audiências sem resposta do pre-

feito, veio a proposta de 16% em março, a conversar em julho, e restante do retroativo de setembro para dezembro. Foi rejeitada pela categoria em assembleia, mantendo a defesa da integralidade do piso.

Na assembleia do dia 21 de fevereiro, houve a votação, vencendo a proposta de integralidade do piso, contra a proposta de parcelamento do prefeito. Houve uma proposta de parcelamento vindo de um professor, com ligações com o PCdoB, de 20% em março e 13% em abril. Outra professora, que defendeu que fosse parcelado, é militante do PT, e dirigente estadual do SINTE/RN. Como se vê, as propostas de parcelamento vêm dos setores vinculados ao PT e aliados, portanto, governista. Na audiência do dia 24, o prefeito defendeu a mesma proposta que foi elaborada na greve estadual pela direção estadual do SINTE/RN e comissão: 20% em março, 6,22% em maio e 6,22% em junho, com retroativo em outubro. Foi convocada nova assembleia presencial no dia 3 de março, para avaliar as propostas.

A CPE intervém nos atos, nas assembleias presenciais e, nas duas últimas reuniões com o governo, como membro da comissão. Tem insistido na defesa do repasse integral do piso, e no fortalecimento da greve, com assembleias presenciais e manifestações de rua unificados, estaduais e municipais. Ao mesmo tempo, trava uma luta contra a política conciliadora das direções sindicais petistas e aliadas. E trabalha para fortalecer o polo classista, que se manifesta por meio da Corrente Proletária na Educação. ■

Rio Grande do Norte

Lições da greve

As assembleias do magistério, em janeiro, foram virtuais. Tiveram na pauta: a organização da luta em defesa do piso de 2022, o plano de cargos e salários, e a reintegração da professora Mônica, perseguida desde outubro de 2021. A direção do SINTE (PT) tinha como objetivo conter o descontentamento dos trabalhadores da Educação contra o governo Fátima (PT/PCdoB), pelo fato de não se colocar em favor do pagamento do piso. No congresso do SINTE, a governadora chegou a falar que iria pagar o piso, mas não disse como seria pago. Nem mesmo a posição de Bolsonaro, de reajustar o piso em 33,23%, fez com que a governadora mudasse de posição, em favor do pagamento integral.

A elevação do custo de vida, os sa-

lários arrochados e o crescente descontentamento entre os trabalhadores obrigaram a direção do sindicato a assumir a proposta de greve. Essa foi a manobra para mostrar que a direção do sindicato estava contra a posição do governo do PT. No entanto, não organizou uma greve para arrancar o pagamento integral do piso, que implicava travar um combate ao governo do PT. Não trabalhou para ser uma greve ativa, e com manifestações unitárias massivas.

A assembleia virtual de 2 de fevereiro aprovou o indicativo de greve pelo pagamento integral do piso. O governo Fátima decidiu pagar o piso parcelado. Primeiro, apresentou a proposta de 13% em março, a discutir os 20,24%, mediante lei eleitoral e tribu-

nal de contas. Depois, esfacelou o plano de cargos e carreira, contemplando com o valor do piso, e iniciando todos com 13% a partir de março, que terminaria com outro percentual em dezembro. Diante da manobra do governo do PT, a assembleia do dia 14 de fevereiro presencial aprovou a greve. Formou-se uma comissão de negociação da direção do SINTE e membros da base, e a assembleia online indicou que a comissão organizasse, junto com a direção do SINTE, uma “contraproposta” para levar para o governo. Foi uma grande vitória do governo contra categoria, que foi convencida de parcelamento do piso. Na mesma linha do governo em parcelar o piso, a direção do SINTE e a comissão foram auxiliares desta grande

vitória do governo petista. Na assembleia de 24 de fevereiro, foi dado informe de que o governo não aceitou a proposta do SINTE/comissão, e rebaixou mais ainda sua proposta. A proposta desta vez foi o parcelamento: 33,24% na carreira para quem ganha abaixo do piso, todos 14% em março, em novembro 4%, e, em dezembro, 12,27% acumulado, faltando discutir o retroativo. A direção do SINTE manobrou, colocando em votação duas propostas: 1) aceitar a proposta do governo; 2) “não aceitar, mas melhorar a proposta

do governo”. Venceu a segunda proposta, que na prática já é uma aceitação da proposta rebaixada do governo, que apenas precisa ser “melhorada”. A partir daí, a direção do sindicato se opôs à proposta de manifestação dos grevistas nas ruas (proposta da Corrente Proletária), entrou com recurso de votação na assembleia e, depois de muita manobra, conseguiu se desvencilhar da realização de um ato massivo.

Como se vê, trata-se de uma experiência valiosa para os trabalhadores da Educação. Muitos ficaram “decepciona-

dos” com a conduta do governo do PT, particularmente, da governadora Fátima Bezerra, professora que sempre discursou em favor do pagamento do Piso Nacional. Mas, esse descontentamento ainda não foi suficiente para separar os trabalhadores classistas da política conciliadora da direção do SINTE de defesa do governo petista, o que implicou se colocar contra a principal reivindicação da greve. As lições desse movimento devem ser traduzidas na organização da vanguarda classista, que esteve junto com as posições da Corrente Proletária.

São Paulo

Por que aumenta a violência nas escolas?

No dia 22/02, na escola Ângelo Barros de Araújo, em Caraguatuba/SP, a diretora foi esfaqueada por um aluno, no final do período noturno. Essa situação de violência se tem tornado frequente, envolvendo alunos e funcionários. É possível apontar várias causas, mas a principal está nas condições de vida da maioria da juventude, em particular, dos jovens que estão nas escolas públicas. O desemprego, subemprego e crescimento da miséria se somam à existência de uma educação memorística e obscurantista, totalmente descolada da realidade. Grande quantidade de jovens está obrigada a se sujeitar aos projetos educacionais “fantasiosos”, impostos por meio dos governos, como é o caso do “Programa de Escola Integral (PEI)”, que confina os alunos a 9 horas em uma escola precarizada, da farsa do Novotec, Ejatec, “Projetos de Vida”, do Ensino a Distância, etc. A escola Ângelo Barros enfrenta o problema de que duas escolas vizinhas foram transformadas em PEI, levando ao aumento de alunos por sala. Assim, boa parte da juventude vive de perto o fechamento do período noturno e as transferências compulsórias para escolas distantes. Portanto, na base da violência, se encontram as condições materiais. Daí derivam as doenças mentais, entre elas, a depressão e os “surtos” entre crianças e jovens. Os maiores responsáveis são a burguesia e seus governantes, que usam a polícia para conter a violência nas escolas, como ocorreu no mesmo dia na escola Avelino Ferreira, no bairro vizinho.

O caso do aluno que esfaqueou a diretora é o retrato dessas condições objetivas. Há uma semana, vinha mutilando-se em sala de aula. Por vários dias, professores e a direção procuraram amenizar a revolta do jovem. Estava doente. Depois do fato ocorrido, compareceram o dirigente de ensino, coordenador do projeto CONVIVA (programa desenvolvido após o massacre na escola Raul Brasil, em Suzano/SP) e um cabo da

polícia militar de SP, que se limitaram a dar informações sobre “programas assistenciais”, o chamado “suporte psicológico”, para alunos e funcionários da unidade escolar. Isso para desresponsabilizar o governo.

Lamentavelmente, as direções sindicais e estudantis permanecem alheias ao que se passa diariamente nas escolas. A maioria dessas direções está vinculada ao PT e PCdoB. Enquanto o governo impõe projetos e medidas contra a Educação pública, essas direções rejeitam organizar os grêmios estudantis independentes, a convocar as assembleias presenciais, a preparar a resistência coletiva dos estudantes e trabalhadores da Educação, em defesa do ensino gratuito e fim dos projetos privatizantes do governo. Ao rejeitar essa tarefa, essas direções acabam contribuindo com a campanha burguesa de que, para combater a violência, é preciso exigir mais “segurança”, portanto mais polícia nas escolas.

A Corrente Proletária na Educação, diante do ocorrido na escola Ângelo Barros, divulgou uma nota, explicando as reais razões da escalada de violência nas escolas. Eis a resposta: *Contra a violência nas escolas, só podemos responder tomando como ponto de partida a exigência de abertura de salas de aula, melhores condições de estudo e de vida para a juventude, fim do sucateamento das escolas, entre outras reivindicações. Levanta também a bandeira “Nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem sem trabalho: 4 horas na produção social e o restante para os estudos e para o lazer”.* Conclui que a luta consequente em defesa de um programa próprio de defesa da vida dos explorados, que inclui a juventude, leva necessariamente a se chocar com a raiz do problema, que é a decomposição do capitalismo. Aprovar um plano próprio e o método da ação direta deve ser a tarefa de uma direção sindical e estudantil classista e de luta. ■

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

São Paulo / Francisco Morato

Nota da prefeitura aos trabalhadores: “Atenção: a ocupação irregular de casas e terrenos é crime”

Essa foi a resposta da prefeitura, depois da tragédia causada pelas chuvas nos municípios de Francisco Morato e Franco da Rocha, que levou à morte de uma dezena de pessoas, e a centenas de desabrigados. Portanto, a nota culpa as famílias pobres por ocuparem terrenos “irregulares”, à beira dos córregos e das encostas dos morros.

Na realidade, os responsáveis são o governo e os capitalistas. São eles que impõem o desemprego e os miseráveis salários. São eles que empurram os pobres para as favelas, cortiços e ocupações de terrenos. São eles que reservam os melhores terrenos para os condomínios e apartamentos de luxo. E são eles que se negam a atender a reivindicação dos sem-teto, de construção de moradias populares.

No entanto, não basta responsabilizá-los pela tragédia. É preciso organizar uma verdadeira luta por moradias populares. Levantar, portanto, a bandeira de que nenhuma família seja obrigada a recorrer às “moradias irregulares”. A luta por moradia deve estar combinada com o combate pelo emprego e pelo salário que permita manter uma família de 4 pessoas (salário mínimo vital). Essa tem de ser a tarefa das direções sindicais classistas e de luta. ■

São Paulo

População descontente com a taxa do lixo

No início do ano, os moradores de Francisco Morato tiveram o acréscimo de mais uma taxa na conta de água. A Prefeitura impôs a taxa do lixo, que se soma com a do esgoto, que também é cobrada na conta da Sabesp. As taxas são altíssimas, o que vêm causando reclamações dos moradores. Diante disso, o vereador Agnaldo Vidali, o mais votado na última eleição, primeiramente, passou a ensinar os moradores a calcularem a nova taxação. Como não teve nenhum efeito, temendo perder votos, declarou-se contrário à taxa. Mas, não passou de palavras.

O controle da coleta do lixo é feito por uma empresa privada. E a prefeitura segue a política dessa empresa. Portanto, a luta dos moradores tem duas reivindicações centrais: fim da taxa do lixo e esgoto; e das empresas privadas contratadas pela prefeitura. O que significa a defesa dos serviços públicos e o controle por parte dos trabalhadores.

Os moradores individualmente não têm como enfrentar as taxas criadas pelo prefeito. O município é dormitório de uma massa de trabalhadores desempregados e informais. A situação de miséria está por todos os lados. A única saída é a organização e a luta. O que implica a constituição dos comitês nos bairros, para preparar o combate às medidas do prefeito. Agora, criou a taxa do lixo, logo mais, estará impondo mais sacrifícios aos moradores pobres. Desorganizados, não teremos como defender nossas reivindicações. É necessária uma ampla convocação da manifestação contra a taxa do lixo, no dia 19 de março, às 10 horas, na frente da estação de trem da CPTM. Esse deve ser o primeiro passo. ■

Boletim da Corrente Proletária Estudantil -Universidade

O Boletim traz a campanha do POR contra a guerra imperialista na Ucrânia. Tem como título: *“Qual deve ser a posição dos estudantes e de suas organizações diante da guerra na Ucrânia?”*. Defende que os sindicatos e organizações políticas, bem como a juventude e suas organizações gerais, assim como todas aquelas que se reivindicam dos traba-

lhadores, iniciem uma mobilização, sob as bandeiras: 1) Desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas; autodeterminação e unidade nacional da Ucrânia, e retirada imediata das tropas russas do território ucraniano; 2) unidade mundial da classe operária contra a militarização imperialista, e contra a opressão das

potências sobre as ex-repúblicas soviéticas.

O boletim contém duas outras notas: uma sobre a posição privatista da UNE e outra sobre a subordinação do DCE da USP ao novo reitor.

Reproduzimos abaixo a nota: “UNE defende instituição privada

Em defesa de um sistema único de ensino público, gratuito e a todos”

No começo de 2022, a UNE veio a público pronunciar-se acerca de dois elementos, a saber: 1) refinanciamento da dívida de estudantes de faculdades privadas e 2) regulamentação das instituições privadas de ensino superior. No primeiro caso, a UNE informa que o Brasil possui um milhão e duzentos mil estudantes inadimplentes do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil). Afirmar que uma medida provisória 1.090/2021 perdoaria em média R\$34.800 reais da dívida do estudante. Esse valor pode representar percentualmente

até 86,5%, para estudante comum, e até 92% para os inscritos no CadÚnico. Tais condições são válidas para estudantes que contraíram empréstimo até 2017, e que apresentam débitos vencidos e não pagos há mais de um ano ou há mais de 90 dias. A UNE ainda informa que a medida provisória prevê desconto extra de 12% com abatimento de 100% dos encargos e multas, caso a dívida seja paga à vista. Ou, caso se escolha o parcelamento, seria possível fazê-lo em até 12,5 anos sobre o valor total. No pronunciamento consta que a entidade procu-

ria apresentar melhorias ao texto da lei, uma vez que ainda iria passar pelo Congresso Nacional, mas, ainda assim, não deixa de avaliar a medida provisória como uma vitória dos estudantes. Quanto ao segundo pronunciamento, a UNE informa de outra medida provisória 1.075/2021, que reduziria o poder de regulamentação do MEC, aumentando a autonomia das instituições de ensino, que, na prática, definiriam irrestritamente a quantidade e o percentual das bolsas ofertadas, além de ganharem poderes para aumentar o número de vagas oferecidas de modo irrestrito. A UNE se coloca contrária a tal medida, sob a justificativa de que seria necessário fortalecer a regulamentação e não enfraquecê-la.

Estamos diante de dois exemplos que ilustram como que estar à favor ou contra medidas provisórias não muda o conteúdo geral de defesa da educação privada. A UNE classifica como vitória o estudante ter de pagar para estudar, no entanto, o perdão de parte da dívida não muda o fato de a dívida existir, porque a educação foi mercantilizada. A UNE repu-

dia a redução da regulamentação, no entanto, a existência própria da regulamentação pressupõe a instituição privada de ensino a ser regulamentada. Como se vê, a UNE sai em defesa dos interesses das instituições privadas. Sua existência não é contestada. Apenas o teor das medidas provisórias é analisado, limitando-se a melhorias por meio de emendas. A UNE tornou-se um sustentáculo das instituições privadas de ensino, avalizando a mercantilização da educação e abandonando a luta pelo sistema único de ensino, público, gratuito e universal, o que de fato garantiria a educação enquanto um direito democrático, e não um privilégio de quem pode pagar. A juventude proletarizada deve rechaçar essa política colaboracionista da direção da UNE, e lutar pela educação pública e gratuita, o que passa pela defesa da expropriação, sem indenização, de todas as instituições de ensino privada. Na conquista dessa reivindicação, será necessário varrer com essas direções de conciliação, e erguer em seu lugar uma direção com um programa proletário para a educação.

São Paulo

Responder ao anúncio miserável de 10% aos funcionários da Educação

Os funcionários da Educação (Agentes Escolares, Oficiais Administrativos, Secretários de escolas, etc.), estão, desde 2021, reivindicando um reajuste salarial, que possa sair da situação de penúria. Em outubro e novembro, ocorreram dois protestos espontâneos, em frente à Secretaria da Educação (a diretoria da Afuse se negou dirigir os funcionários). Os protestos resultaram por parte do secretário Rossieli, primeiro, em medidas punitivas; depois, na famigerada qualificação profissional, que, para obter, os funcionários têm de se sujeitar a vários critérios de avaliações, como a prova de mérito. Por meio da tal “qualificação profissional”, Doria/Rossieli conseguiram alimentar ilusão em uma parcela dos funcionários de que era possível melhorar os salários. No entanto, o descontentamento logo retornou. O que fez com que o governador anunciasse os 10% de reajuste.

Para os funcionários da Educação, 10% não significam nada. Basta um exemplo. O Agente de Organização Escolar tem o salário-base de R\$ 1.156,00, e os 10% sobre essa miséria não modifica em nada a sua situação de penúria. Lembremos que a inflação oficial foi acima dos 10%, proposto por Doria.

Mesmo diante desse anúncio vergonhoso de Doria, a direção da Afuse continua passiva. Não convocou as reuniões e assembleias presenciais, para que os funcionários aprovelem o caminho da luta. E, sem organização e luta coletiva, não se tem como enfrentar a política de Doria, que é de miséria e fome aos funcionários. Não se tem como enfrentar o avanço da terceirização nas escolas, e ganhar os terceirizados para a luta unitária pela efetivação dos contratados e fim das empresas privadas. Sem a organização do setor de Oposição à direção da Afuse, não se tem como expulsar essa direção burocrática, passiva e servil ao governo. A Corrente Proletária trabalha e chama os funcionários a construir uma oposição classista e luta.

Rondônia

Uma só luta em defesa do reajuste do piso e demais reivindicações

Desde janeiro, o governador Marcos Rocha e o prefeito Hildon Chaves embromam os trabalhadores em educação, retardando o cumprimento do percentual de reajuste do piso salarial. Os burocratas dos Sindicatos dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero) e do Sindicato dos Professores e Professoras, Sinprof, vivem em reuniões intermináveis com a Secretaria de Educação. No entanto, nada é decidido.

Em dezembro de 2021, o governador e o prefeito de Porto Velho fizeram demagogia com as sobras dos recursos provenientes do Fundeb, em forma de rateio com os trabalhadores de educação, um direito nacional conquistado na luta pela categoria e que os governos procuram surrupiar com os costumeiros atos de corrupção.

As aulas iniciaram com os velhos problemas: salas lotadas, baixos salários e sem o reajuste do piso. E nada tem sido feito para organizar a luta. A Corrente Proletária vem exigindo que as direções convoquem as assembleias presenciais, para aprovar o caminho do combate pelas reivindicações. Vem denunciando a política das direções, que aproveitam a situação, para fazer a campanha eleitoral para substituir um governo burguês por outro. E vem defendendo a unidade dos trabalhadores estaduais e municipais em um só movimento em defesa das reivindicações, que inclui o reajuste do piso.

São Paulo

O que fazer frente à precarização dos serviços de saúde mental

Em uma reunião sobre a saúde mental do indígena, alguns psicólogos procuram o POR em busca de um guia diante das eleições do Conselho Regional de Psicologia (CRP/SP). Denunciaram a situação de avanço da precarização do trabalho e as privatizações.

Enquanto avançam o privatismo e a precarização, tanto as chapas como direção do Conselho Regional continuam apostando na política reformista. O mesmo no Sinpsi e na Fea, que, em suas análises, continuam omitindo a raiz da precarização da saúde mental e dos trabalhadores psicólogos: o capitalismo em decomposição e o desmonte dos serviços públicos.

No dia 23 de fevereiro, houve protestos espontâneos em São Paulo e Brasília, contra a decisão do STF de não mais obrigar os planos de saúde a reembolsarem tratamentos psicológicos. Essa decisão afeta principalmente a camada que possui acesso aos convênios mais baratos, e que tem sentido o aumento do custo de vida, mas afeta também os psicólogos autônomos, que recebem um repasse miserável dos convênios, que varia de R\$ 10 a R\$ 25. Enquanto isso, os Conselhos de psicologia lançaram notas de repúdio e abaixo-assinados. O Sinpsi (Sindicato dos Psicólogos) e a FEA (Frente Estadual Antimanicomial), principal frente de luta da Psicologia, estão há mais de dois anos com as portas fechadas, fazendo “passeatas” virtuais, reuniões de chapas à distância, e notas de repúdio. Ou seja, a categoria está sofrendo, sem poder contar com uma direção de luta que responda aos ataques.

Na rede pública, psicólogos enfrentam a superlotação, jornada de mais de 40 horas e salários cada vez mais baixos. Faltam remédios, materiais de higiene e de intervenção e espaço

apropriado para os tratamentos. Os autônomos sofrem com as altas taxas, repasses de convênios cada vez mais baixos e custos elevados de anuidade e da instrumentação da própria profissão, situação que, mesmo antes da decisão do STF, já os obrigava a duplicar a jornada de trabalho.

Na rede pública, avançam as OSs (Organizações de Sociais), notoriamente no ABC Paulista, na Capital e em Embu Guaçu, que as vêm contratando para prestação de serviços assistenciais – seja no SUS ou no SAS. Essa terceirização através das OSs leva ao rebaixamento dos salários e à elevação da jornada, além de trazer problemas, por ser permeável ao viés místico e religioso nos atendimentos.

Enquanto avançam o privatismo e a precarização, tanto as chapas como direção do Conselho Regional continuam apostando na política reformista. O mesmo no Sinpsi e na Fea, que, em suas análises, continuam omitindo a raiz da precarização da saúde mental e dos trabalhadores psicólogos: o capitalismo em decomposição e o desmonte dos serviços públicos. Os psicólogos, sem uma direção classista e de luta, cobram do CRP a melhora na profissão, e maior repasse dos convênios, sem perceber que o próprio Conselho é um instrumento corporativista, dirigido por uma casta burocrática que serve ao Estado burguês.

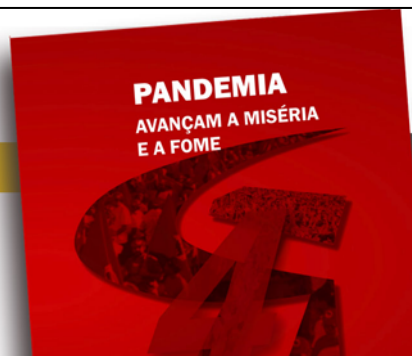
Não se trata de um problema isolado à Psicologia. Está colocada a tarefa aos trabalhadores da Saúde pública, privada e autônomos: organizar e resgatar os sindicatos, criar chapas classistas e revolucionárias, e avançar na luta em defesa de um sistema de saúde único e público, ligando essa luta às massas exploradas, que são quem mais sofrem com os desmontes. O resgate dos sindicatos permitirá o controle do CRP pelos trabalhadores e o combate às investidas de terceirização e privatização com as OSs. A defesa revolucionária é a da expropriação sem indenização de toda a rede privada de saúde, do salário-mínimo vital, a ser definido nas assembleias, e a escala móvel das horas de trabalho, dividindo as horas de trabalho entre todos aptos ao trabalho. ■

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.

**R\$ 40****ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR****Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**

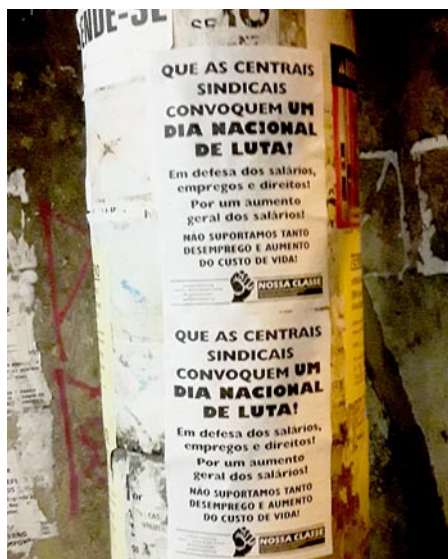
nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / (11) 95446-2020

Nada de Comitês eleitorais como quer a CUT! Construir nas fábricas e bairros os comitês de luta

No dia 22 de fevereiro, Sérgio Nobre, Presidente da CUT, lançou, através de uma live – transmitida pelas redes sociais do sindicato, da CUT e da TVT – a criação de “comitês de luta em defesa da classe trabalhadora, pela vida e democracia”. Segundo Sérgio Nobre, a ideia é criar seis mil comitês nos locais de trabalho, nos bairros e nos sindicatos. Para Nobre, “os comitês devem servir para responder à crise pela qual passa o Brasil”.

A forma virtual como foi lançada a criação e funcionamento dos Comitês deixa claro que não existe nenhuma disposição ou intenção, por parte da direção da CUT e do sindicato dos metalúrgicos, em organizar uma luta consequente, para defender as reivindicações e a vida da classe operária e demais explorados. Desde o início da pandemia, a CUT e demais Centrais Sindicais fecharam seus sindicatos, e deixaram os patrões de mãos livres para demitir e retirar direitos, descarregando o peso da crise econômica e pandêmica sobre as costas da classe operária.

Com a agudização da guerra entre a



Rússia e Ucrânia, os capitalistas e seus governos vão querer cortar ainda mais na carne dos operários em todos os países. A Mercedes já anunciou que dará férias coletivas, a partir de 14 de março, para 600 operários. Na Volks, mais de mil operários continuam de lay-off, em casa, com salários reduzidos e

ameaçados pelo desemprego. A classe operária deve levantar a bandeira da independência política de classe do proletariado.

Para dar uma resposta e combater realmente à crise econômica capitalista e defender a vida da classe operária e demais trabalhadores, a CUT e seus sindicatos devem organizar comitês de luta presenciais, em todas as fábricas, convocar assembleia geral nos sindicatos e aprovar um Dia Nacional de Lutas, com paralisação da produção, manifestações e piquetes, como preparação para a greve geral, em defesa de um programa próprio de reivindicações das massas exploradas.

O presidente da CUT, em um momento da live, diz que “o país precisa mudar de rumo, e para isso é necessário eleger um presidente que tenha compromisso com a classe trabalhadora”, deixando claro que os comitês que pretendem criar são eleitorais, são para tentar enganar, convencer, mais uma vez, os trabalhadores, a votarem em um governo burguês do PT/Lula. ■

Dois anos de pandemia Duras consequências sobre a Educação básica

A educação básica pública já vinha cambaleante, mas se agravou, com a crise econômica que atingiu o Brasil em 2015-2016, e com as contrarreformas (reforma do ensino médio e PEC do Teto, ambas ditadas pelo governo Temer, e implementadas pelos governadores e prefeitos), que cortaram recursos da Educação, avançaram a terceirização e deram passos privatizantes por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesses dois anos de pandemia, o que já era grave, se tornou insustentável. As escolas foram fechadas, o ensino a distância emergiu como remédio para a continuidade dos estudos, o financiamento por parte do Estado despencou, e milhões de crianças e jovens estiveram sob a farsa da política burguesa do isolamento social. Diante dessa situação, as consequências nefastas da decomposição do ensino se ampliaram, evidenciando a incapacidade da burguesia de defender minimamente a educação pública, bem como as crianças e a juventude.

Eis o que se estampou, nesse início de 2022: 1) profunda regressão nos índices de alfabetização; 2) queda dos investimentos estatais; 3) aumento da disparidade entre o ensino público e privado; 4) crescimento da discriminação escolar entre alunos pretos e brancos; 5) avanço do ensino remoto (EaD); 6) pauperização crescente dos trabalhadores da Educação; 7) desemprego e subemprego.

1) Profunda regressão nos índices de alfabetização

Nesses dois anos de pandemia, o percentual de crianças de 6 a 7 anos que não sabe ler e escrever cresceu 66,3%. Em 2019, tínhamos cerca de 1,43 milhão; no final de 2021, 2,399 milhões. Essa enorme quantidade, segundo os analistas, se deve ao período prolongado de fechamento de escolas, e às dificuldades da maioria das crianças de utilizar o ensino remoto. A saída proposta por eles é a de intensificar a recuperação desse contingente de crianças.

Inúmeros discursos são feitos diariamente, mas sem tocar na essência do problema, que foi a incapacidade da burguesia de assegurar a todos a aprendizagem nas condições do isolamento social, uma vez que implicou o fechamento das unidades escolares, e o descaso dos governos em proteger essa massa de crianças da fome e miséria. Isso em um país em que, a cada 10 crianças que estão na fase de alfabetização, oito frequentam as escolas municipais, portanto, dependem dos recursos que são destinados à Educação. Com as escolas fechadas, sem a merenda diária, confinadas nos bairros pobres e em famílias destroçadas pelo desemprego e subemprego, milhões de crianças engrossaram as estatísticas do analfabetismo.

A responsabilidade é inteiramente do poder público, que viu, depois desse longo período, a necessidade de reabrir as

escolas. Mas, as aulas presenciais retornaram em piores condições. Boa parte das escolas, principalmente na periferia dos grandes centros urbanos, continua com os velhos problemas, faltando tudo. Há um enorme contingente de crianças, particularmente no ensino fundamental I, que se mantém fora da escola, por falta de vaga. A solução da Secretaria Municipal de São Paulo, a cidade mais rica da federação, foi a de aumentar o número de crianças por sala, ultrapassando o limite máximo de 30 crianças por sala de alfabetização. Aqui se encontra a farsa do discurso de acadêmicos e governantes, de que é preciso recuperar o terreno perdido, para que o Brasil não volte a ser comparado com os países mais pobres da África.

2) Queda dos investimentos estatais

Dados indicaram que os recursos destinados à Educação e Ciência, em 2020, 2021 e 2022, voltaram aos patamares dos anos 2000. O Ministério da Educação dispõe, em 2022, de R\$ 3,45 bilhões, muito abaixo de R\$ 10 a R\$ 20 bilhões, de 2009 a 2015. O governo aproveitou a Pandemia para encolher os recursos para a educação básica. Basta lembrar que, ao aprovar a lei orçamentária, em janeiro, o MEC perdeu R\$ 800 milhões, o que atingiu, sobretudo, a educação básica.

A política do governo é a de se livrar de parte da educação básica, por meio da parceria público-privada, abrindo as portas para a educação empresarial, e pelos cortes de recursos estatais. Isso, em um país em que concentra cerca de 80% das matrículas de crianças e jovens na educação básica pública. Não é de agora que organismos do imperialismo, como Banco Mundial e FMI, vêm impondo receitas privatizantes para esse nível educacional. Não por acaso, abundam projetos no Congresso Nacional para extirpar da Constituição a exigência de aplicação mínima de 18% por parte do governo Federal, e 25%, dos estados e municípios, à Educação básica. Durante a Pandemia, inúmeras vozes no governo e no Congresso Nacional se colocaram pelo fim dessa obrigatoriedade, bem como do Fundeb. Por trás dessa política, está o objetivo de usar parte desses recursos orçamentários para o pagamento da gigantesca dívida pública.

Por outro lado, não tem havido um esforço das direções sindicais e estudantis em organizar a resistência contra o desmonte da educação pública, que se agravou, com a redução de verbas e o avanço das privatizações. São direções que alimentam a ilusão de que se trata de vontade política dos governantes. E que a saída é eleger governos e parlamentares “comprometidos” com o ensino público. Os discursos contra a extinção do Fundeb e as denúncias dos cortes orçamentários não passam de palavras ao vento. Nada foi feito, no sentido de potencializar o movimento nacional dos trabalhadores da Educação e estudantes, juntamente com os demais trabalhadores, para enfrentar a política de contrarreformas e desmonte da Educação estatal, o que necessariamente implica a luta pelo fim da rede privada e constituição de um único sistema de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha.

3) Ampliou-se a distância entre o ensino público e o privado

Não há comparação, em se tratando das condições materiais, entre o ensino público e o privado. Nas escolas particula-

res, se encontra a ultra minoria de estudantes da educação básica. No início da Pandemia, rapidamente, as escolas privadas dispuseram de recursos digitais, professores à disposição das famílias, tutores para o auxílio de tarefas, plataformas especiais com aulas gravadas, etc. Enquanto que, nas escolas públicas, imperava toda sorte de problemas e imprevistos, desde os materiais até profissionais.

Como a maioria dos alunos vive em famílias pobres, eles não tiveram acesso à internet, aos materiais digitais e às condições elementares para dispor de espaço em suas moradias para a execução do ensino remoto. É preciso acrescentar que as crianças pobres, de baixa cultura, não têm nenhuma familiaridade com o aparato tecnológico, por meio do qual se realiza a caricatura do ensino a distância. Apesar da campanha ideológica dos governos, de que estava disponibilizando os meios para o ensino a distância, objetivamente os pais e estudantes não viram sentido em continuar com essa farsa de ensino. Em pouco tempo, eram inúmeras as reclamações das famílias, impossibilitadas de acompanhar as tarefas escolares de seus filhos. Governos, como o de São Paulo, tiveram de recorrer à “busca ativa”, para localizar os alunos que deixaram de acompanhar as aulas remotas. Houve uma enorme pressão sobre os professores, para que inventassem mecanismos para atrair os estudantes. Mas a realidade se sobrepôs. Como a Pandemia não atingiu a população de forma igual, na Educação, o mesmo fenômeno se passou. As escolas privadas puderam proteger a ultra minoria de estudantes, enquanto, nas escolas públicas, a imensa maioria dos alunos ficou à mercê da diretriz burguesa do suposto combate à Pandemia.

As direções sindicais e estudantis se limitaram a exigir do governo os meios para o ensino remoto, e a defender a farsa do isolamento social. Não foram capazes de convocar as assembleias presenciais, para aprovar um plano próprio de defesa das crianças e da juventude, bem como da Educação. Assim, os governos ficaram de mãos livres, durante toda a Pandemia, para seguir com os planos de cortes de recursos, e avanço do EaD.

4) Crescimento da discriminação entre alunos pretos e brancos

A maioria das crianças e jovens, que frequenta a escola pública, é preta. Haja vista que a maioria da população brasileira também é preta. Os dois anos de pandemia reforçaram a diferença na alfabetização entre crianças pretas e brancas. Dados revelaram que o percentual de crianças pretas que não sabiam ler e escrever passou, de 28,8%, em 2019, para 47,4%, em 2021. Enquanto que, entre as brancas, o percentual foi, de 20,3%, para 35,1%, no mesmo período.

Essa constatação revela tão somente que as crianças pretas estão nos lares mais pobres, uma vez que fazem parte da maioria explorada e oprimida do país. É importante acentuar o caráter de classe que separa a minoria burguesa e pequeno-burguesa da proletária e camponesa. Está aí por que boa parte das crianças de família pobre e miserável, sendo a maioria de pretos, vive nas favelas e cortiços. Portanto, a situação de pobreza é determinada pela condição de classe da maioria, esse é o ponto de partida para avaliar os indicadores das dificuldades de aprendizagem.

5) Avanço do ensino a distância

O ensino a distância, há muito tempo, vinha sendo implantado na Educação superior, principalmente nos cursos de especialização, e na formação de professores para os projetos educacionais, do MEC e das Secretarias de Educação. Dados mostravam que o EaD havia crescido muito no Brasil. Pouco antes da Pandemia, as matrículas nos cursos superiores nessa modalidade de ensino já superaram as presenciais. Em 2019, havia mais de 1,4 milhão de alunos no EaD.

Com a aprovação da reforma do ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em fevereiro de 2017 e dezembro de 2018, durante o governo Temer, o objetivo era o de adotar parte das aulas na modalidade online, principalmente nos anos finais da educação básica. No período da Pandemia, os governadores aproveitaram para pôr em prática o que já havia sido aprovado. Um exemplo foi a iniciativa de Doria, com o Ejatec, em 2021, onde a carga horária profissionalizante foi e será em parceria com o Centro Paula Souza, por meio virtual, portanto ensino a distância.

É fato que a Pandemia facilitou a ofensiva dos governantes em expandir o EaD. A recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), de isolamento social e o fechamento das escolas por um longo período, a adoção das aulas virtuais, a criação de plataformas digitais, em especial em toda a educação básica, aplainaram o caminho para o EaD. Basta lembrar a determinação do Conselho Nacional de Educação (CNE), que autorizou as aulas não presenciais em todas as etapas de ensino, desde a educação infantil até a superior, contabilizando, assim, essas horas de EaD como carga horária obrigatória, 800 horas ao ano.

Após o retorno presencial total das escolas de educação básica, a modalidade a distância já fazia parte do dia-a-dia. Bastaram dois anos de pandemia, para que o EaD na educação básica deixasse de sofrer resistência, e passasse a ser visto como uma nova modalidade de ensino, ajustada à nova era de mudanças tecnológicas. Intelectuais vinculados às academias se limitaram a questionar as dificuldades de acesso aos recursos tecnológicos por parte dos alunos da escola pública, e ao atraso dos governos em atender a esses estudantes, acarretando a tragédia da evasão escolar, no final de 2021.

Direções sindicais e estudantis, que se submeteram à política do isolamento social, também reclamaram do descaso dos governantes, em “incluir” os alunos “vulneráveis” com meios para que pudessem continuar os estudos. E o resultado não poderia ser outro, o EaD passou a fazer parte do currículo, das ATPCs e da formação de professores. Cabe destacar a intervenção da Secretaria de Educação de São Paulo nas ATPCs, impondo as “pautas formativas”, que poderão se dar, tanto de forma presencial, quanto virtual. A política dessas direções não poderia ser diferente, porque fechou os sindicatos, e passou a convocar reuniões e assembleias virtuais.

As direções políticas e sindicais estão tão adaptadas ao capitalismo em decomposição, que não podem admitir que o ensino a distância não é complementar ao presencial, mas sim a sua destruição no que tem de fundamental, que é a aprendizagem e a Educação como um processo social, coletivo. A luta contra o ensino a distância corresponde à defesa do ensino presencial.

6) Pauperização crescente dos trabalhadores da Educação

A queda do poder aquisitivo dos trabalhadores da Educação vem de longa data. Diante das greves e manifestações, os governantes repunham parte das perdas salariais, ou em forma de reajuste, ou em gratificações. É preciso lembrar que, em 1985, foi conquistado um Estatuto do Magistério, em São Paulo, que determinava: promoção automática a cada dois anos; 20% de horas-atividade; férias proporcionais para os contratados (ACTs); promoção por antiguidade (A, B, C, D e E), entre outras reivindicações. A partir dos anos de 1990, essas conquistas foram sendo retiradas, bem como, o direito ao gatilho salarial, conquistado pela greve de 1986.

Diante das dificuldades de manter uma família, a saída dos professores foi recorrer ao aumento da carga de trabalho, ou seja, a uma jornada no estado, outra no município, ou na rede privada. As consequências vão desde o esgotamento físico ao mental, de um número crescente de educadores.

A política geral dos governos, em todo o país, foi de rebaixamento do salário-base (piso), chegando ao descumprimento por parte de vários governadores e prefeitos, com o pagamento do Piso Nacional, calculado hoje por Bolsonaro em R\$ 3.845, o que equivale a miseráveis 3 salários mínimos. A imposição da PEC do Teto dos Gastos Públicos, pelo governo Temer, serviu de justificativa para os governantes manterem o arrocho salarial dos trabalhadores da Educação. O resultado tem sido o acúmulo de perdas salariais, atingindo percentuais astronômicos. Ao mesmo tempo que as perdas avolumavam, os governos ampliavam os descontos, atingindo também os aposentados, como foi o caso da cobrança das contribuições previdenciárias.

Diante das dificuldades de manter uma família, a saída dos professores foi recorrer ao aumento da carga de trabalho, ou seja, uma jornada no estado, outra no município, ou na rede privada. As consequências vão, desde o esgotamento físico, ao mental, de um número crescente de educadores.

E qual tem sido a política das direções sindicais? Insistir nas assembleias online, e judicializar o que deveria ser a luta direta dos trabalhadores. Esse caminho só tem trazido derrotas, basta ver o PLC-26, o desconto da Previdência aos aposentados, a elevação do valor das contribuições previdenciárias, para citar alguns exemplos ocorridos em São Paulo.

7) Desemprego e subemprego

A política governamental de fechamento de salas e turnos e a implantação das Escolas de Tempo Integral deram um salto nesses dois anos de pandemia. Somada a essa política, está a superlotação de salas, que inclui o aumento do número de crianças em salas de alfabetização. De conjunto, o resultado tem sido o aumento de professores desempregados, ou subempregados. Cabe ressaltar que todos os projetos dos governos visam à redução da rede pública de ensino.

A exigência de abertura das salas fechadas, redução do número de alunos por sala (no máximo 25) e fim desses projetos

governamentais se choca com os interesses gerais da burguesia e de seus governos. E sua conquista implica a ação unitária nacional dos trabalhadores da Educação, que se contrapõe à orientação das direções sindicais, que é a de colaboração de classes.

8) Política da Corrente Proletária

Estima-se que há, no Brasil, 2,2 milhões de professores, e 37 milhões de estudantes, na educação básica pública. Esse enorme contingente foi submetido à política burguesa do isolamento social, com o fechamento das escolas e imposição do EaD. As direções sindicais e estudantis, a maioria sob o controle do PT e PCdoB, não foram capazes de convocar as assembleias presenciais, para que pudessem aprovar um programa próprio em defesa da Educação pública, dos trabalhadores da Educação e da massa estudantil, em sua maioria de pobres e miseráveis. Os sindicatos permaneceram fechados por quase dois anos, o mesmo se passou com as entidades estudantis.

Diante da imposição do retorno às aulas presenciais, essas direções lançaram a farsa da “greve sanitária”, que evaporou em pouco tempo, e as campanhas de coletas de alimentos para as famílias “vulneráveis”, que rapidamente se esfumou, diante de milhões de famintos. Quando a passividade foi quebrada parcialmente, passaram a convocar os atos da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, no final de maio do ano passado, portanto, sob a orientação de substituição de um governo burguês por outro.

Desorganizados e passivos, os trabalhadores da Educação e os estudantes foram obrigados a retornar às aulas presenciais, em uma situação extremamente adversa. Até o momento, não há iniciativa das direções sindicais e estudantis em trabalhar para reverter esse quadro nocivo de desorganização. A direção nacional dos trabalhadores da educação, CNTE, que é um aparato do reformismo, não moveu uma palha, durante esses dois anos de pandemia, reproduzindo o que já vinha ocorrendo há muitos anos. Agora, lançou um chamado virtual de um Dia Nacional, em 16 de março, sem que haja um esforço para que os inúmeros sindicatos convoquem as assembleias e ganhem as ruas, em defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores e estudantes oprimidos.

A Corrente Proletária na Educação/POR vem enfrentando essa política das direções. Logo no início da Pandemia, criticou a suspensão do Dia Nacional de Luta de 18 de março de 2020. Defendeu que as direções sindicais convocassem as assembleias presenciais e aprovassem um plano de emergência próprio dos explorados, que incluísse as reivindicações dos trabalhadores da Educação.

Cabe destacar a intervenção na “greve sanitária”. Diante do anúncio do governo de São Paulo de retorno às aulas, a burocracia sindical, por meios virtuais, decretou a “greve sanitária”. A Corrente Proletária criticou essa invenção da burocracia, que pedia aos professores para que permanecessem em casa e exigissem a continuidade do ensino remoto. Desorientada, uma parcela acatou a decisão e a maioria retornou às escolas. O governo aproveitou para punir essa parcela, por meio do descon-

to de salário. Mesmo contrária à farsa armada pela burocracia, a Corrente Proletária interveio junto às escolas, exigindo que a direção do sindicato convocasse uma assembleia presencial, para que os professores, coletivamente, aprovassem uma verdadeira greve de enfrentamento à política geral do governo, que não se limitava em abrir as escolas. Esteve, assim, à frente dos atos presenciais e dos comandos nas escolas. No entanto, não houve meio de reverter essa “greve”, a qual, em pouco tempo, caiu em descrédito da maioria dos professores. E cabe ressaltar também a intervenção na greve dos servidores municipais de São Paulo, contra a reforma da Previdência, no segundo semestre. Esteve nos comandos de mobilização, atuou com propostas de ampliação do movimento nas assembleias, combateu a política de conduzir o movimento à pressão aos vereadores, e defendeu a unidade com o movimento da rede pública, que ocorria contra o PLC-26, na Assembleia Legislativa. Em seu balanço, a Corrente Proletária responsabiliza as direções sindicais pelos movimentos e greves corporativas.

A Corrente Proletária pôs em marcha uma campanha contra a perseguição de professores pela orientação reacionária da “Escola sem Partido”, rejeitou os congressos e eleições sindicais virtuais, combateu a política corporativa de exigir o isolamento social aos docentes e discentes, quando a quase totalidade dos assalariados já estava em seus pos-

tos de trabalho ou na informalidade. O mesmo combate foi feito quando as direções sindicais exigiram que os trabalhadores da Educação fossem os primeiros a serem vacinados. Contrapôs-se com a bandeira de vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.

A Corrente Proletária exigiu que as centrais e sindicatos convocassem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como ponto de partida para a preparação de uma poderosa greve geral em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, Moradia, Saúde e Educação públicas. Os trabalhadores em geral, em particular os da Educação, embora contassem com o isolamento social e os salários pagos integralmente, sofriam um ataque sem precedente, que combinava a aplicação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, de Temer e Bolsonaro, com a redução de salários e suspensão de contratos amparadas pela MP 936. Era fundamental, portanto, unir em um só movimento os trabalhadores que não puderam se valer do isolamento social e aqueles que estiveram em quarentena.

A defesa da independência de classe e as reivindicações que unificam a maioria explorada estiveram no centro da política da Corrente Proletária. Certamente, os obstáculos são inúmeros, para que essa política penetre no interior das escolas. O que exige um esforço para fortalecer essa posição classista e de luta, para que os sindicatos e as entidades estudantis possam ser colocados a serviço da luta de classes.

A Corrente Proletária, assim, faz um chamado à vanguarda com consciência de classe a defender um programa de reivindicações, que tenha por base a unificação dos trabalhadores e estudantes oprimidos, e que esteja voltado ao método próprio dos explorados, que é a ação direta coletiva. ■

A defesa da independência de classe e as reivindicações que unificam a maioria explorada estiveram no centro da política da Corrente Proletária.

A guerra na Ucrânia expõe as consequências da privatização da Petrobrás

Há muito, a Petrobrás vem sendo desmontada, e os resultados têm sido penosos para a economia brasileira, bem como para os trabalhadores. No momento, veio à tona o fechamento das três fábricas de fertilizantes da Petrobrás, como parte da política de privatização dos governos Temer e Bolsonaro. Lembremos que a Petrobrás fechou as fábricas de fertilizantes nitrogenados da Bahia (Fafen-BA), localizada no polo petroquímico de Camaçari, e a de Sergipe (Fafen-SE), em Laranjeiras, ambas no governo Temer. No governo Bolsonaro, concluiu-se o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenadas do Paraná (Fafen-PR), e a entrega da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN3), no Mato Grosso do Sul, que estava em construção, para o grupo empresarial russo Acron. Para privatizar, os governos justificaram que essas empresas davam prejuízos à Petrobrás.

Esses exemplos mostram o quanto o Brasil se vem desindustrializando, e o quanto sua política de venda de estatais tem aumentado a sua dependência em relação aos grandes grupos capitalistas mundiais. No caso dos fertilizantes, a dependência é quase total. Com a venda das fábricas estatais de fertilizantes, o Brasil passou a depender da quase totalidade desse insumo. Dados indicam que, em 2020, cerca de 84% dos fertilizantes eram importados, atingindo o maior percentual em mais de duas décadas. Hoje, estima-se que esse percentual está próximo a 90%.

Com o acirramento da guerra na Ucrânia, Bolsonaro, hipocritamente, lamentou a dependência de fertilizantes, provenientes da Rússia. Sob a pressão do agronegócio, foi até a Rússia, pedir a Putin que não interrompesse as exportações de fertilizantes para o Brasil. Precisou ficar com o pé nas duas canoas: na ONU, votar com os Estados Unidos, condenando a ação militar da Rússia; e ao mesmo tempo, discursar sobre a “neutralidade”, para não contrariar a Rússia. O parecia uma contradição, na realidade, evidencia a submissão do país às

potências econômico-militares mundiais. Como sempre afirmamos, a política de entrega dos ramos chave da economia torna o Brasil cada vez mais submisso às multinacionais e ao imperialismo.

No entanto, Bolsonaro foi mais longe. Aproveitou para dizer que qualquer reação da Rússia em relação à exportação de fertilizantes, quem perderá será o agronegócio, com consequências duras, entre elas, a elevação dos preços de alimentos. E, rapidamente, voltou a defender que é preciso tornar a Amazônia, particularmente, as reservas indígenas, rica em minérios, em produtoras de potássio, elemento essencial para a produção de fertilizantes. Basta ver o seu discurso: *“Com a guerra Rússia/Ucrânia, hoje, corremos o risco da falta do potássio ou aumento do seu preço. Nossa segurança alimentar e agronegócio exigem de nós, Executivo e Legislativo, medidas que nos permitam a não dependência externa de algo que temos em abundância”*. Portanto, um apelo para que o Congresso Nacional aprove a exploração mineral nas áreas de reservas indígenas, que certamente serão entregues às multinacionais.

As direções sindicais e políticas estão com a faca e o queijo nas mãos, para organizar uma campanha nacional pela reestatização das fábricas de fertilizantes da Petrobras. O que significa a defesa da economia nacional e dos milhares de postos de trabalho destruídos, com a venda dessas estatais. Só com a entrega da Fafen do Paraná, cerca de mil operários perderam os empregos. A indignação e a lamentação dos dirigentes com a postura de Bolsonaro não servem para nada. Ao contrário, fortalecem o discurso imperialista de defesa da “paz” e da “democracia”, levado a cabo por Biden e seus seguidores. A tarefa está em organizar e preparar a luta contra as privatizações, partindo desse fato concreto, que é a venda das fábricas de fertilizantes da Petrobras. Pela reestatização e reabertura das fábricas fechadas, sob o controle da classe operária!

Trabalhadores exigem o fim da reforma trabalhista

As direções sindicais e políticas divulgaram uma pesquisa que diz que “58% dos brasileiros quer uma revisão na reforma trabalhista”. E que somente 27% são favoráveis a mantê-la. Aproveitam para discursar que a reforma trabalhista foi aprovada pelo “governo ilegítimo” de Temer, que pôs por terra mais de 100 direitos contidos na CLT e que serviu para “baratear” o custo da força de trabalho. Concluem dizendo que a reforma trabalhista, ao contrário de aumentar os empregos, eliminou milhões de postos de trabalho.

A verdade é que os trabalhadores querem o fim da reforma trabalhista,

porque vivem na pele o desemprego, subemprego e toda sorte de informalidade. O que as direções sindicais querem é apenas uma revisão da reforma trabalhista, certamente, nos moldes feitos na Espanha. Querem fazer a campanha pela eleição de Lula, apoiada na ideia de que esse novo governo fará uma revisão. Portanto, não querem que Lula jogue na lata do lixo a reforma de Temer. Querem que Lula constitua um fórum tripartite – governo, empresários e representantes sindicais – para revisar a reforma trabalhista. Como diz o petista e ex-dirigente da CUT, Luiz Marinho, a forma tem de

ser “pactuada”. E querem, sobretudo, o retorno do imposto sindical, base de sustentação das burocracias sindicais. No entanto, qualquer “revisão” implica, para esses dirigentes, eleger deputados supostamente comprometidos com os trabalhadores. Portanto, além de eleger Lula, é preciso de uma bancada de deputados favorável às revisões na reforma trabalhista e no plano de privatizações.

É com farsas desse tipo que os impostores reformistas procuram enganar e arrastar os explorados para substituir um governo burguês por outro.

Nesta edição:

- **CERQUI:** Somente a classe operária mundial pode acabar com a escalada militar dos EUA-OTAN e com a intervenção da Rússia na Ucrânia / Agrava-se a crise mundial.
- Abaixo o bloqueio econômico do imperialismo à Rússia!
- Condenação da Rússia no covil do imperialismo.
- Não se desviar da concepção leninista sobre a opressão nacional.
- **Trotsky:** A Questão Nacional.
- **Argentina:** Congresso aprovará o acordo colonial com o FMI.
- **Colômbia:** Estado Policial na Colômbia.



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

**CERQUI****Ucrânia**

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Abaixo publicamos duas Declarações do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), uma de 25 de fevereiro e outra de 28 de fevereiro. Passaram-se sete dias, e a crise na Ucrânia se agravou. As posições do CERQUI se confirmam. Suas bandeiras iniciais mantêm-se vigentes. Agora, com as medidas de retaliação econômica à Rússia, os Estados Unidos acabam projetando mundialmente as consequências da guerra, por enquanto, circunscrita à Ucrânia e à Europa.

O CERQUI vem demonstrando as raízes

históricas do cerco montado pelos Estados Unidos e OTAN à Rússia, que levaram Putin a mobilizar tropas para as fronteiras com a Ucrânia e, finalmente, ocupar o país.

A resposta proletária à guerra se assenta, de um lado, na luta pelo desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas na Europa e no mundo, e na defesa da autodeterminação da Ucrânia, de outro. Essa linha define posições programáticas e de princípios, bem como a formulação das bandeiras que permitem unificar a classe operária europeia e mundial contra a ofen-

siva do imperialismo em direção à Rússia, e contra qualquer forma de opressão nacional exercida pelo Estado russo.

Anteriormente, foram publicadas duas Declarações do CERQUI, no jornal Massas. O esforço de acompanhar a crise e intervir programaticamente no seu desenvolvimento é próprio do internacionalismo proletário. A vanguarda com consciência de classe deve se empenhar com todas suas energias por penetrar as posições revolucionárias do CERQUI no interior da classe operária, dos demais explorados e da juventude.

Manifesto Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Somente a classe operária mundial pode acabar com a escalada militar dos EUA-OTAN e com a intervenção da Rússia na Ucrânia

25 de fevereiro de 2022

Os Estados Unidos (EUA) não aceitaram a exigência da Rússia, de não incorporar a Ucrânia na OTAN. Assim, fecharam a possibilidade de um acordo diplomático. Biden tinha plena clareza de que Putin não poderia retroceder o cerco militar à Ucrânia de mãos vazias. Eis por que, desde os EUA, o chefe do imperialismo mundial afirmava, com toda certeza, que Putin ordenaria a invasão da Ucrânia. O governo ucraniano reclamou da insistência com que Biden anunciava a iminência da invasão. Mas, se mostrou incapaz de ter uma decisão própria, em abrir a discussão de um acordo com a Rússia. O curso dos acontecimentos dependia inteiramente dos EUA, que estavam por levar o conflito ao impasse, e daí à invasão da Ucrânia pela Rússia.

A campanha internacional da imprensa controlada pelas potências foi a de que os EUA, os aliados europeus e a OTAN estavam por uma solução pacífica, e que a Rússia avançava no caminho da guerra. O aparato publicitário comandado desde Washington inverteu completamente a verdade dos fatos, pintando a Rússia como uma força poderosa, que estava na ofensiva. Na realidade, a Rússia esteve e está na defensiva. O ultimato de Putin ao governo da Ucrânia, de interromper as tratativas de incorporar-se na União Europeia e OTAN, se deveu ao cerco dos EUA e da OTAN à Rússia, que, desde a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, vem, passo a passo, instalando bases militares no Leste Europeu e Báltico, voltadas contra o seu rival econômico e

militar na Europa Oriental.

Em todos os choques e guerras civis que envolveram a Rússia e as ex-repúblicas soviéticas, estavam presentes os interesses da burguesia norte-americana e europeia. Agora, a Rússia continua com suas ações militares de divisão da Ucrânia, e anexação territorial, lançadas desde a crise de 2014. O reconhecimento formal, pelo Parlamento russo, da independência das auto-intituladas repúblicas populares de Donetsk e Luhansk, faz parte do desmembramento e posse da Crimeia pela Rússia. A bravata proferida por Putin, de que a Ucrânia pertence por direito histórico à Rússia, reportando ao império Grão-Russo, e condenando a revolução proletária por ter criado a URSS, não faz senão demonstrar que, em sua posição defensiva, diante do cerco norte-americano, realiza uma ofensiva sobre o povo ucraniano. E, por outro lado, a farsa de Biden, com a denúncia de que Putin pretende reerguer a URSS, reflete a necessidade do imperialismo, de pôr a Rússia de joelhos.

Não bastaram, para os EUA e aliados europeus, o desabamento da URSS e a emergência de inúmeras repúblicas opositoras à Rússia, que teve de se adaptar a uma restrita Federação. O objetivo central da Guerra Fria havia sido cumprido sob os governos de Gorbachev e Ieltsin. A liquidação da URSS foi de ordem histórica, uma vez que interrompeu o processo de transição do capitalismo ao socialismo, que implicava o desenvolvimento da revolução mundial. O problema estava em que a Rússia se havia tornado numa potência regional, baseada nas conquistas da revolução proletária e da constituição da URSS, que congregou os povos oprimidos pelo império Grão-Russo.

As potencialidades econômicas da Rússia são gigantescas, diante de uma Europa esgotada e em declínio. A reorganização da centralização autoritária e a reversão por Putin do processo desordenado da restauração capitalista, em seguida à liberação de forças anárquicas da crise política, que se aprofundou sob o governo golpista de Ieltsin, se chocaram com o plano dos Estados Unidos de tornarem a Rússia em mais uma das semicolônias, ainda que com distinção. A Guerra Fria foi oficialmente declarada extinta, mas, na realidade, apenas mudou de forma, uma vez que os Estados Unidos mantiveram a OTAN, e a potenciaram contra a Rússia.

É nesse marco que se chegou à intervenção e guerra na Ucrânia. Está claríssimo que a posição militar do governo e da oligarquia russos é defensiva, diante do cerco imperialista, mas ofensiva diante da Ucrânia espremida entre os interesses da burguesia imperialista e os da oligarquia restauracionista. É fundamental distinguir o lugar dos EUA e o da Rússia nesse choque de forças. Igualá-los significa ocultar o lugar que cada um passou a ter, no âmbito do capitalismo mundial em desintegração, depois da liquidação da URSS.

Somente é possível ao proletariado e aos demais explorados expulsarem as forças militares russas da Ucrânia, levando às últimas consequências a luta de classes pela expulsão dos

EUA da Europa. A Rússia restauracionista não tem como manter sua condição de potência regional, a não ser submetendo as ex-repúblicas soviéticas à condição de serviçais. E o imperialismo não tem como abrir respiradouros para a economia mundial, mergulhada na estagnação, e marcada por recessões cada vez mais desintegradoras, a não ser avançando sobre o domínio russo regional e sobre seus recursos internos, bem como, diga-se de passagem, sobre as aspirações chinesas de manter os espaços ocupados na ordem internacional após o fim da URSS. Tudo indica, por enquanto, que a OTAN não irá se bater diretamente com as Forças Armadas russas.

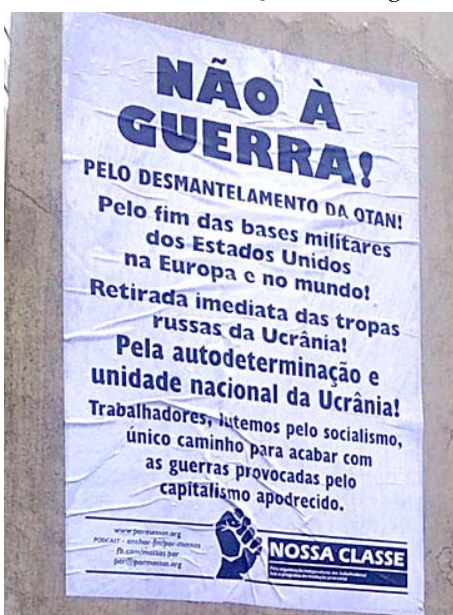
As divisões na burguesia europeia expressam o temor, de setores do imperialismo, de os EUA incentivarem a guerra. O máximo que a Rússia poderá obter com a ocupação militar da Ucrânia, no entanto, é retardar sua incorporação à OTAN. A tendência é de a crise na região impulsionar ainda mais as forças centrífugas, e aumentar a animosidade das ex-repúblicas

soviéticas à Rússia. Os Estados Unidos contam com essa possibilidade, e vão apertar ainda mais o cerco militar. Embora seja a segunda potência bélica, a Rússia não tem como passar à ofensiva e se bater contra a ampla aliança imperialista, montada pelos Estados Unidos no pós-guerra e por meio da Guerra Fria. A aliança recém-formada com a China constitui uma força mundial considerável, mas a possibilidade de se armar para uma guerra com os Estados Unidos é menos provável que a abertura de seus países à penetração do capital financeiro. O essencial, porém, está em que o confronto militar na Ucrânia evidencia um novo momento da manifestação das tendências bélicas do imperialismo.

A unidade da classe operária europeia contra a ofensiva dos EUA-OTAN é o ponto de partida para mudar o curso da guerra, virando as armas contra a burguesia imperialista e a oligarquia restauracionista russa. O proletariado norte-americano, certamente, romperia a sua letargia. A desorganização da classe operária mundial é o fator determinante da situação em que se coloca, objetivamente, o confronto dos EUA com a Rússia.

As manifestações contraditórias dos acontecimentos têm permitido ao gigantesco aparato de propaganda das potências ocultar o imperialismo como o fator determinante da detonação da guerra na Ucrânia, no dia 24 de fevereiro. A classe média mundial está sendo atizada a condenar a Rússia, e a apoiar os carneiros imperialistas. Está sendo convencida a esquecer-se dos fatos passados, como a guerra no Vietnã em 1975, os bombardeios da OTAN sobre a ex-Iugoslávia em 1999, a invasão dos Estados Unidos e Inglaterra ao Iraque, em 2003, a intervenção na guerra civil da Síria e da Líbia, em 2011. Não há intervenção e guerra que os Estados Unidos não estejam presentes.

Putin exorta o exército ucraniano a derrubar o presidente da República e a instalar um novo governo. Assim, se coloca inteiramente no terreno burguês da solução da crise política.



Os explorados, de forma alguma, devem apoiar essa ação, que não corresponde à luta de classes mundial contra o imperialismo. O proletariado e demais oprimidos estão diante da tarefa de retomar o caminho da independência política, combatendo com seus próprios métodos e programa a oligarquia ucraniana, que obstinadamente se volta a submeter o país à União Europeia e à OTAN. Trata-se de construir seus próprios organismos de poder, e pôr em pé uma direção política que se coloque pela unidade da Ucrânia e a unidade de todos os oprimidos do continente. As condições da guerra exigem a urgência do proletariado intervir com suas próprias consignas.

A bandeira de desmantelamento da OTAN e de expulsão dos Estados Unidos em toda parte em que tenham bases mili-

tares deve estar na linha de frente. Somente assim, é possível lutar contra a invasão russa da Ucrânia, restabelecer a sua unidade territorial, conquistar a autodeterminação, e acabar com os conflitos étnicos. Esse é o caminho para organizar a luta na Rússia e nas ex-repúblicas soviéticas, sob a bandeira do socialismo.

***Fora os estados Unidos da Europa!
Desmantelamento da OTAN!***

Retirada das forças armadas russas da Ucrânia!

Por uma Ucrânia independente e soviética!

Nota Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional **Agrava-se a crise mundial**

A classe operária e os demais explorados estão diante da necessidade de reagir com seu programa, política e organização próprios

28 de fevereiro de 2022

Em vários países, a pequena burguesia urbana está sendo arregimentada, para servir de base social à ampla aliança imperialista. Aliança essa liderada pelos Estados Unidos, para conter a ofensiva militar da Rússia no território da Ucrânia, onde o objetivo de Putin é o de derrubar o governo de Zelenski, e impossibilitar a vinculação do país à União Europeia e à OTAN. A imprensa internacional, controlada pelas potências, tem feito de tudo para ocultar que o principal responsável pela confrontação em solo ucraniano são os Estados Unidos, que comandam a OTAN. As manobras contra a Rússia na ONU – um covil do imperialismo – objetivam atrair a atenção mundial para a farsa do pacifismo norte-americano.

Os Estados Unidos e aliados europeus se depararam com a necessidade da Rússia, de recompor seu controle regional, que deita raízes no Império. Raízes que foram rompidas pela revolução proletária, pelo reconhecimento do direito à autodeterminação das nações oprimidas e pela constituição da URSS, mas que, sem o progresso da revolução mundial, não puderam ser extirpadas.

A cada avanço do cerco militar à Rússia, pelo braço armado norte-americano na Europa, se alterava o equilíbrio de forças alcançado no pós-guerra, fundamentalmente com o desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A OTAN foi montada como uma peça de guerra, asentada em uma poderosa aliança das potências imperialistas vencedoras, para varrer as conquistas históricas do proletariado russo e mundial. Era questão de tempo para se reconstituir um novo quadro de conflagração.

A queda da URSS ocorreu no marco do desabamento das “repúblicas populares” do Leste Europeu. O Pacto de Varsóvia e a URSS ruíram. E a OTAN se potenciou, incorporando

os países que foram se desprendendo do sistema soviético burocratizado, adaptado e voltado à restauração capitalista. A via anárquica da restauração, desprendida sob o governo de Ieltsin, foi contida pelo regime montado pelo governo de Putin. Os Estados Unidos e aliados europeus se depararam com a necessidade da Rússia, de recompor seu controle regional, que deita raízes no Império. Raízes que foram rompidas pela revolução proletária, pelo reconhecimento do direito à autodeterminação das nações oprimidas e pela constituição da URSS, mas que, sem o progresso da revolução mundial, não puderam ser extirpadas.

A Rússia montou uma Federação com uma pequena parte das quinze repúblicas soviéticas, que se dispersaram e foram procurar abrigo nas potências europeias e na OTAN. O braço armado dos Estados Unidos na Europa, de instrumento contra a URSS, passou a protetor militar das ex-repúblicas populares e ex-repúblicas soviéticas que se rebelaram. A incorporação da Ucrânia não seria apenas mais um passo, mas um passo que levaria próximo ao confinamento quase total da Rússia. Eis por que a resposta de Putin é defensiva.

O fato de as Forças Armadas russas cercarem e invadirem a Ucrânia – um país indefeso – tem sido traduzido pelos Estados Unidos como uma posição ofensiva, contrária, portanto, à ordem mundial estabelecida no pós-guerra. E o fato objetivo de a invasão representar um ato de guerra, que tem por conteúdo a opressão nacional de uma potência sobre uma débil nação oprimida – que se está deixando arrastar pelo imperialismo norte-americano e europeu – evidencia profundas contradições, que emergem do capitalismo em decomposição e do processo de restauração, que ampliou sua marcha ascendente com a desintegração da URSS. Inevitavelmente, o retorno de parte das ex-repúblicas soviéticas ao capitalismo e a volta das ex-repúblicas populares à condição de servas das potências se tornaram meios e instrumentos de pressão dos Estados Unidos sobre o processo de restauração na Federação Russa.

Não há como Putin voltar no tempo, com a aspiração de

reconstituir o extinto Império Grão-Russo. A revolução de Outubro de 1917 e a formação da URSS iniciaram a transição do capitalismo ao socialismo. Esse era o caminho de enfrentamento à dominação imperialista e de combate às suas tendências bélicas. A Revolução Chinesa confirmou a necessidade histórica de fortalecer e impulsionar o processo de transição como parte da revolução mundial. Esse caminho revolucionário se percorreu pela luta de classes e pelo desenvolvimento das forças produtivas socialistas, até certo ponto.

A derrocada da URSS e a adaptação da China à economia de mercado impulsionaram a restauração capitalista, servindo, em última instância, aos interesses do imperialismo. O objetivo da Rússia, de conservar seu poderio regional, e o da China, de expandir mundialmente sua capacidade produtiva e comercial, passaram a se chocar com a hegemonia norte-americana e com os interesses de conjunto das potências europeias, e mesmo do Japão, nas condições de crise de superprodução e de guerra comercial.

O apelo da Rússia para que a Ucrânia não fosse incluída à União Europeia e à OTAN é defensivo. Defesa essa que tem origem na derrubada do governo pró-Rússia, em 2014, e na introdução da tarefa de promover a integração do país à União Europeia e à OTAN na nova Constituição, bem como na guerra civil em Donbass, e na anexação da Crimeia pela Rússia. O acordo de paz de Minsk não resolveu o principal fator da crise, que era e é o do impedimento da Ucrânia de fazer parte da OTAN. Ou a Rússia reagiria contra a instalação de bases militares em suas fronteiras, ou cederia ao objetivo dos Estados Unidos de completar o cerco impulsionado desde o desmoronamento da URSS.

O motivo imediato da ocupação da Ucrânia é o de impor ao governo ucraniano a renúncia ao plano de sujeição do país à OTAN. Mas, o estratégico é o de recuperar o terreno perdido pela Rússia, com a diáspora das ex-repúblicas soviéticas. Em sentido contrário, os Estados Unidos estão em franca guerra comercial, intensificada pelo governo de Trump, com a ruptura da diretriz do multilateralismo, e voltada principalmente contra a China. Mas, a Rússia é parte do mesmo problema. Os Estados Unidos se viram na contingência de voltar sua atenção à Ucrânia, uma vez que não podem admitir que a Rússia impeça o avanço das forças imperialistas na região, em que o proletariado revolucionário e seu partido bolchevique tinham erguido a URSS, nas condições da Primeira Guerra Mundial imperialista.

A adaptação da URSS ao capitalismo mundial, em um processo de reabilitação progressiva das forças burguesas internas, sob a guarda da burocracia estalinista, deu origem a um movimento histórico contrário ao da transição do capitalismo ao socialismo. Sem o controle da classe operária sobre as incipientes forças produtivas socialistas e sobre seu próprio Estado, minaram-se as bases da propriedade social dos meios de produção.

A casta burocrática que se ergueu, movida pelas contradições internas da atrasada economia russa, e pelos condicionamentos mundiais do imperialismo, acabaria se submetendo gradativamente à hegemonia norte-americana do pós-guerra.

A classe operária, que esteve na base da constituição da URSS, foi sendo posta à margem da direção política e econômica, de forma que lhe foi extirpado de seu seio o partido bolchevique. A liquidação da III Internacional, a mando de Stalin, resultou desse processo interno. Instaurou-se uma crise de direção sem precedente, ao se interromper e regredir a luta do proletariado pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Por esse motivo, hoje, a Rússia, ou a Federação Russa de Putin, não tem como ser defendida pela classe operária e pelas massas camponesas pobres, como foi defendida com os métodos revolucionários na Primeira Guerra Mundial e, depois da Revolução de 1917, na guerra civil, a não ser que os explorados coloquem novamente de pé as organizações soviéticas e a sua direção revolucionária. O mesmo se passa nas ex-repúblicas soviéticas.

O proletariado ucraniano era e é a única força social capaz de derrubar a oligarquia pró-União Europeia, impedir o cerco da OTAN à Rússia, e garantir a autodeterminação real do país. No entanto, não tem sido possível unir a classe operária russa e ucraniana, de tão desorganizada e influenciada pelo nacionalismo burguês e pequeno-burguês. Se o proletariado envolvido diretamente na guerra se mostra incapaz politicamente de se manifestar, em defesa de uma reposta própria e oposta à do imperialismo e da oligarquia burguesa russa, muito mais difícil é para a classe operária na Polônia, Alemanha, França, Estados Unidos, enfim, para o proletariado mundial. Essa passividade da classe revolucionária na Europa, diante da guerra na Ucrânia, põe à luz do dia a gravidade da crise de direção.

Em meio a uma massiva campanha do imperialismo, camadas da pequena-burguesia começam a se movimentar. O isolamento social da Rússia tende a crescer, na medida em que se prolongue a guerra, cresçam as mortes, se agigante a onda de refugiados e aumente o amontoado de escombros. Os Estados Unidos passaram a contar a seu favor com a penetração, nas massas, da falsa tese de que procurou uma solução pacífica, e de que a OTAN é defensiva, diante de uma Rússia ofensiva.

Em meio a uma massiva campanha do imperialismo, camadas da pequena-burguesia começam a se movimentar. O isolamento social da Rússia tende a crescer, na medida em que se prolongue a guerra, cresçam as mortes, se agigante a onda de refugiados e aumente o amontoado de escombros. Os Estados Unidos passaram a contar a seu favor com a penetração, nas massas, da falsa tese de que procurou uma solução pacífica, e de que a OTAN é defensiva, diante de uma Rússia ofensiva.



Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$ 35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

Na realidade, o imperialismo e seu braço armado empurraram Putin a ocupar a Ucrânia.

A posição do imperialismo, de não enviar forças externas, tão somente indica o imperativo de não instalar uma guerra na Europa, que poderia assumir características de guerra mundial. Mas, diante da resistência ucraniana e do receio da Rússia em usar todo poderio militar para esmagar os oponentes, cresceu a unidade das potências em torno às diretrizes de Biden. Unidade que conta com a passividade do proletariado e com o apoio da opinião pública da pequena-burguesia, contrária à invasão russa.

A mudança de posição da Alemanha, que passou a enviar recursos e armamentos para a resistência ucraniana, é a mais sintomática. E, mais sintomaticamente ainda, foi a decisão do chanceler alemão, de elevar os recursos destinados ao rearmamento do país. O que significa elevar a um novo patamar a escalada militar na Europa e no mundo. A indústria bélica vem exigindo medidas dessa natureza, em meio ao recrudescimento da guerra comercial. Esse é o principal sintoma da crise que, por ora, permanece restrita ao marco da Ucrânia e Rússia.

A unidade em torno às sanções econômicas tem transcendência, no sentido de que os Estados Unidos estão usando as armas da guerra comercial. Não há segredo que os monopólios de petróleo e gás, comandados pelos norte-americanos, vêm há muito se opondo à independência como a Rússia controla e administra os seus abundantes recursos naturais. Pesa, nas relações econômicas, o fato de fornecer 40% do gás à Europa. Washington exerceu grande pressão sobre a Alemanha, em particular, para que não colaborasse com a construção do gasoduto que passa pela Ucrânia. Agora, conseguiu suspender o funcionamento do Nord Stream. Essa retaliação faz parte da guerra comercial.

O desligamento dos bancos russos do sistema de pagamento (Swift), controlado pelos Estados imperialistas e pelo capital financeiro, manejado desde os Estados Unidos, foi anunciado com o objetivo de sufocar a economia russa, e, assim, provocar uma cisão entre os oligarcas e o governo, e causar descontentamento na população. O mesmo diz respeito ao corte de fornecimento de bens tecnológicos. Com tais medidas, atingem-se os ramos fundamentais da produção, e os grupos de capitalistas que sustentam o governo Putin.

A restauração, por meio do capitalismo de Estado, tanto na Rússia quanto na China, já não serve ao capital financeiro internacional, que se encontra represado em um atoleiro. A Rússia poderia continuar oprimindo as ex-repúblicas soviéticas, desde que estivesse com suas fronteiras abertas ao capital financeiro e aos monopólios. Se é inevitável a influência econômica da Rússia na Europa Ocidental, muito mais ainda na região oriental e asiática, a que está ligada historicamente.

A discussão na imprensa, se a Rússia terá como contornar parte de tais medidas, é secundária. O mais importante é que evidencia o quanto a Rússia se encontra integrada ao sistema de dominação imperialista. E o quanto os oligarcas se encontram premidos para irem adiante com a restauração capitalista, sob as diretrizes externas.

A restauração, por meio do capitalismo de Estado, tanto na Rússia quanto na China, já não serve ao capital financeiro internacional, que se encontra represado em um atoleiro. A Rússia poderia continuar oprimindo as ex-repúblicas soviéticas, desde que estivesse com suas fronteiras abertas ao

capital financeiro e aos monopólios. Se é inevitável a influência econômica da Rússia na Europa Ocidental, muito mais ainda na região oriental e asiática, a que está ligada historicamente.

A guerra na Ucrânia, por si só, afetará a Europa, e, por esse caminho, a economia mundial. O conjunto de sanções terá, como os próprios analistas da burguesia indicam, uma repercussão generalizada, derrubando ainda mais o crescimento mundial, já raquítico, e impulsionando a espiral inflacionária. As massas, duramente sacrificadas pela longa Pandemia, terão de arcar com maior elevação do custo de vida e desvalorização do preço da força de trabalho. É por essas condições de opressão de classe que o proletariado se erguerá contra os capitalistas e seus governos, e poderão elevar sua compreensão sobre a

necessidade de combater a ofensiva dos Estados Unidos contra a Rússia e a China, e, ao mesmo tempo, combater a burocracia oligárquica restauracionista.

Colocam-se, na situação, as bandeiras: pelo desmantelamento da OTAN; pelo fim das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo; retirada imediata das tropas russas da Ucrânia; pela autodeterminação e unidade territorial da Ucrânia; recuperação das conquistas revolucionárias do proletariado com a constituição da URSS.

Essas bandeiras correspondem à luta do proletariado, no campo da independência de classe, e sob a estratégia histórica dos Estados Unidos Socialistas da Europa. É imprescindível que a vanguarda com consciência de classe trave essa batalha, voltada a construir os partidos marxista-leninista-trotskistas, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Abaixo o bloqueio econômico do imperialismo à Rússia!

Os Estados Unidos e seu braço armado na Europa, a OTAN, não reuniram as condições para se contraporem militarmente à Rússia. Tiveram de convencer os aliados europeus a enviarem armas à Ucrânia e, principalmente, a adotarem a guerra comercial. Montou-se um bloqueio à Rússia, sem precedentes depois do fim da Segunda Guerra, do desmoroamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e da suspensão da “Guerra Fria”.

O objetivo declarado pelo governo norte-americano é o de sufocar economicamente a Rússia. O plano Biden desligou a Rússia do sistema financeiro mundial, congelou fundos, confiscou bens, bloqueou transações comerciais, e vedou acesso aos produtos tecnológicos. Espera-se enfraquecer, o máximo possível, o rublo, desvalorizar os ativos fixos, derrubar as exportações e importações, quebrar contratos com as multinacionais, comprometer o equilíbrio fiscal, e abalar a capacidade do Estado de arcar com a dívida pública.

Esses efeitos já foram sentidos. O valor das ações de empresas russas despencou, o Banco Central teve de elevar imediatamente as taxas de juros, armou-se um pânico na população sobre a possibilidade de o Estado não cumprir com suas obrigações, e várias multinacionais anunciaram o rompimento de seus negócios com a Rússia. Há um consenso entre os analistas, de que a retirada da Rússia do sistema de pagamento internacional (Swift) abriu um perigoso precedente. Não se conhece uma medida de retaliação econômico-financeira tão totalitária. A ditadura do capital financeiro, coman-

dada pelos Estados Unidos, emergiu das sombras para a luz do dia.

Não se tem ainda a avaliação de quanto estrago provocará na economia mundial, já cambaleante. A aceitação pela Alemanha de suspender a licença de funcionamento do gasoduto Nord Stream 2, que está pronto para ser acionado, sabendo que o preço do gás vai elevar-se, alimentar as tendências inflacionárias, e sacrificar as camadas pobres da população, indica até onde os Estados Unidos aproveitam a guerra na Ucrânia para impulsionar a guerra comercial, que vem recrudescendo, desde meados de 2000. Está sendo imposto às claras os interesses das multinacionais norte-americanas, que controlam a cadeia de produção e comercialização do petróleo e gás, e que não podem conviver com a Rússia, como grande produtora mundial e abastecedora da Europa, com 40% do mercado de gás.

Os Estados Unidos não admitiram que a Ucrânia se abstivesse de ingressar na OTAN, sendo esse o principal pleito de Putin. Biden fincou pé para que o governo Zelenski suportasse a pressão militar, e não atendesse à exigência da Rússia. Assim, empurrou Putin à ocupação da Ucrânia, e a Ucrânia, à ruína.

Os arquitetos do esmagamento econômico da Rússia e a aliança imperialista, que se consolidou em torno de Biden, sabiam e sabem perfeitamente que as medidas de retaliação provocarão perturbações na economia mundial, e atingirão negativamente o crescimento em 2022. Os preços das commodities subirão, em particular, os preços do petróleo e alimentos. A inflação mundial antecede a crise da Ucrânia. O Banco Central norte-americano

no despejou trilhões de dólares, durante a Pandemia. De conjunto, as potências emitiram, segundo informações, 12,5% do PIB mundial, equivalente em termos absolutos a US\$ 10 trilhões. O gigantesco parasitismo financeiro tem sido o principal causador da inflação mundial. Agora, está sendo reforçado pelo brutal bloqueio econômico à Rússia.

As massas vêm pagando caro pela incapacidade da burguesia de defendê-las da Pandemia. Acrescentam-se, no momento, as nefastas consequências da guerra na Ucrânia e das medidas de Biden, descarregadas sobre a economia mundial. Desde o seu terreno próprio de luta, a classe operária e os demais explorados devem levantar a bandeira *“Imediata revogação das sanções econômicas contra a Rússia”*. Essa bandeira faz parte da campanha internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, orientada pelas bandeiras: Fora os Estados Unidos da Europa! Desmantelamento da OTAN! Retirada das Forças Armadas russas da Ucrânia! Pôr uma Ucrânia independente e soviética!

Tudo indica que, no próximo período, a luta de classes colocará o proletariado no centro do enfrentamento. No momento, se encontra desorganizado e paralisado diante da guerra. No entanto, seu programa e política se expressam nas posições do Comitê de Enlace, que vem fazendo a campanha internacional contra a guerra, sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da Europa. E pelo desmantelamento da OTAN, pela autodeterminação da Ucrânia e retomada da organização soviética na Rússia pelo proletariado.

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



**Nova
Coleção
Editorial**

Condenação da Rússia no covil do imperialismo

Raramente, a Assembleia Geral Extraordinária da ONU é convocada. Desta vez, diante da ocupação militar da Ucrânia pela Rússia, os Estados Unidos arregimentaram o seu Conselho de Segurança a convocá-la. O objetivo de dar ares de institucionalidade à campanha internacional do imperialismo, como se tivesse sido o promotor da paz, foi o de fazer, da condenação da Rússia, um amparo às brutais medidas econômico-financeiras, que atingirão o mundo todo. Se houvesse um sentido minimamente decente, a resolução deveria ser pela revogação imediata das sanções ditatoriais, que atingem, não apenas a Rússia, mas a Europa como um todo e, principalmente, os países de débeis economias. Deveria ser tratada a questão do cerco militar da OTAN à Rússia, principal motivo da guerra. Mas, nada disso importou à Assembleia arregimentada pelos Estados Unidos, o que mostram os 141 votos a favor da condenação da Rússia. Mas não deixaram de ser significativas as 35 abstenções, que contaram, entre elas, com países de peso, como a China, Índia e África do Sul. Somente 5 votos foram contra a condenação, sem que tivessem entre eles países influentes. As abstenções refletiram dupla posição: a de que a Rússia tem razão, em exigir que a Ucrânia não sirva de base militar à OTAN; e a de que a via para a solução do conflito não deveria ser a ocupação da Ucrânia pelas tropas russas.

A campanha da imprensa mundial controlada pelos Estados Unidos procurou mostrar à população que a condenação correspondia a um isolamento total da Rússia. Ocultou o significado da abstenção de importantes países, que estavam pela condenação ao avanço da OTAN até as fronteiras da Ucrânia com a Rússia. Dois votos que surpreenderam foram os do Brasil e Argentina. Jair Bolsonaro e Alberto Fernández, pouco antes do agravamento do choque militar, estavam propensos à neutralidade. Acabaram, no entanto, votando com os Estados Unidos. Os dois países mais importantes da América do Sul historicamente estiveram sob a influência dos Estados Unidos, embora movimentos nacionalistas burgueses tivessem levantado a bandeira de independência e de soberania nacionais. A capitulação vergonhosa de Bolsonaro e Fernández, sob a intensa pressão de Washington, não faz senão confirmar o servilismo das burguesias nacionais de ambos os países perante os Estados Unidos. Há que observar também que vários países da África se abstiveram, seguindo a linha da China e da Índia. Não foram poucos também os votos de países latino-americanos pela abstenção. Não é preciso ressaltar o voto do México com os Estados Unidos. O governo Obrador, considerado de esquerda, há muito se mostrou um capacho da Casa Branca.

Um dos argumentos mais fortes contra a Rússia foi de que rasgou a Carta da ONU, que prevê a não intervenção pela força de um país sobre outro. Mas quem mais pisoteou a soberania de países débeis e indefesos foram os Estados Unidos. A guerra de Bush contra o Iraque é um exemplo de descarado desprezo dos Estados Unidos pela ONU. Somente a Inglaterra se alinhou com o Pentágono. A CIA montou a farsa de que o governo iraquiano estava se preparando para uma guerra biológica e química. Embora o Conselho de Segurança não tivesse obtido provas concretas, e, por isso, não se negasse a autorizar

a invasão do Iraque, os Estados Unidos e a Inglaterra desfecharam, em março de 2003, a fulminante operação militar. Deixaram o país em ruínas, provocaram milhares de mortos – até hoje, não devidamente contabilizado, estimam-se entre 150 a 500 mil mortos – derrubaram o governo de Saddam Hussein, e armaram um tribunal de pena de morte. Agora, os lacaios dos Estados Unidos estão montando um dossiê de crime de guerra contra Putin. Se se contabilizarem os números de intervenções norte-americanas em todo o mundo, depois do encerramento da Segunda Guerra Mundial, se monta um rosário.

A ONU, desde o seu nascimento, em outubro de 1945, funcionou como um anteparo institucional à prepotência do imperialismo norte-americano. Em particular, serviu de instrumento para a Guerra Fria e destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). É sob essa política mundial, voltada contra as conquistas do proletariado, que se criou a OTAN, em abril de 1949, poucos meses antes da fundação da ONU. A ideia de que sucedeu a Liga das Nações, parida em 1919, após o fim da Primeira Guerra, para estabelecer um novo marco de paz mundial, há muito esfumou-se, com a sistemática intervenção militar dos Estados Unidos em toda a parte. A sua falência, no entanto, ficou patente com a guerra contra o Iraque. Agora, diante de um conflito de ordem mundial, se mostra incapaz de qualquer gesto para conter o avanço do cerco da OTAN à Rússia, e evitar o maior conflito mundial depois do fim da Segunda Guerra.

O jogo de forças reacionárias na Assembleia da ONU exibiu as bases materiais da decomposição do capitalismo, a contunente guerra comercial e as cegas tendências bélicas. O capitalismo da época imperialista provocou duas Guerras Mundiais. O “novo” ordenamento internacional que se seguiu – Ligas das Nações e Organização das Nações Unidas, acompanhadas de instituições de “regulação” e de “cooperação econômica”, etc. – tão somente serviram para amparar a hegemonia do imperialismo norte-americano.

Os acordos de desarmamento promovidos entre os Estados Unidos e Rússia, no final e após o desmoronamento da URSS, em 1991, se mostraram em desconformidade com a necessidade de os Estados Unidos alimentarem sua portentosa indústria bélica, e de garantirem a hegemonia alcançada na Segunda Guerra. O choque na Ucrânia suscitou o perigo de uma guerra devastadora, a começar pela Europa. A sombra da hecatombe nuclear deixada pelos ataques dos Estados Unidos, em agosto de 1945, quando a guerra já estava vencida, voltou a rondar o mundo, com a informação de que Putin havia preparado seu arsenal atômico. Esse aviso da Rússia foi motivo de denúncias dos Estados Unidos, que mantêm o maior e mais poderoso sistema nuclear.

A Assembleia da ONU, embora não fosse além de encenações de cartas marcadas, deu a dimensão do quanto o capitalismo em decomposição libera suas forças mais destrutivas, que são as guerras conduzidas ou induzidas pelo imperialismo. É imperativo que a vanguarda com consciência de classe aproveite essa experiência, pela qual ainda passamos, para lutar sob o programa da revolução e do internacionalismo proletário.

Não se desviar a concepção leninista sobre a opressão nacional

Não se desviar da doutrina leninista sobre as guerras na época imperialista

O capítulo abaixo consta do Projeto de Plataforma da Oposição, de 1927, dirigida ao XV Congresso do Partido Comunista russo. Stalin e sua camarilha decidiram não publicar, com o argumento de que suas posições eram contrárias ao partido. A proscrição desse documento marcou a virada repressiva contra Trotsky e a Oposição de Esquerda. O aparato passou a fazer uma campanha difamatória contra a Plataforma, mutilando partes e falsificando o sentido. Não tendo outro meio, a Oposição conseguiu reproduzir um número relativamente reduzido de exemplares, com uma máquina de escrever e um mimeógrafo, segundo informação de Max Eastman, em sua introdução à Plataforma, intitulada “A Situação Real da Rússia”. A polícia de Stalin (GPU) confiscou a impressora e os exemplares. O original não foi encontrado pelos agentes da GPU, o que permitiu imprimir a Plataforma na forma de folheto. Os operários que a imprimiram foram presos, em um dos cárceres de Moscou.

Estamos distantes a 95 anos da elaboração da Plataforma da Oposição, momento em que o imperialismo norte-americano e europeu provocou uma reação militar da Rússia, devido à decisão da oligarquia e do governo ucranianos de vincular o país à OTAN. Reação que acabou em uma invasão russa na Ucrânia, e uma movimentação das forças imperialistas unidas, voltadas a manter e ampliar o cerco da OTAN à Rússia. Esse é um acontecimento que evidencia as graves consequências mundiais, advindas da destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e da interrupção da transição do capitalismo ao socialismo, iniciada com a Revolução de Outubro de 1917.

Está aí por que o recrudesimento do cerco da OTAN à Rússia e a ocupação militar da Ucrânia expõem as profundas contradições engendradas pelo processo de restauração capitalista e destruição da URSS. De um lado, os Estados Unidos e potências aliadas necessitam romper as fronteiras nacionais da Rússia, que se conservaram mesmo depois do fim da URSS. De outro, a Rússia necessita manter sob sua guarda as ex-repúblicas soviéticas, o que somente pode realizar-se exercendo a opressão nacional.

O imperialismo, por sua natureza, não se importa propriamente, no momento, com o domínio russo sobre as nacionalidades em seu entorno, desde que a Rússia abra completamente suas fronteiras nacionais ao capital financeiro e multinacional. Ocorre que abrir completamente suas fronteiras nacionais resultaria em perda ou redução da capacidade de domínio regional. Obrigatoriedade, a Rússia, já no momento da hecatombe política, que levou à desintegração final da URSS, exercia violenta opressão nacional sobre as ex-repúblicas. Viu-se na

contingência de esmagar o movimento nacionalista na Chechênia (de 1994 e 1999), intervir militarmente na crise da Geórgia (2008), da Ucrânia (2014) e, agora, novamente, na crise da Ucrânia, o que indica ser uma continuidade.

O imperialismo, por sua vez, utiliza-se das ex-repúblicas soviéticas, para submetê-las e contrapô-las ao domínio russo. Nota-se que nenhuma das repúblicas que se desprenderam da URSS pôde conservar a real autodeterminação: ou se sujeitam ao imperialismo ocidental, ou ao domínio da Rússia restauracionista. As crises constantes, que vêm emergindo da diáspora das ex-repúblicas, são cada vez mais contundentes, já que são tratadas como casos militares. No fundo, refletem o avanço da desintegração do capitalismo do pós Segunda Guerra Mundial. O presente confronto entre Estados Unidos e Rússia, que indiretamente envolve a China, é de caráter mundial. Eis por que se discute o perigo de uma guerra que ultrapasse as fronteiras da Ucrânia.

Nota-se que nenhuma das repúblicas que se desprenderam da URSS pôde conservar a real autodeterminação: ou se sujeitam ao imperialismo ocidental, ou ao domínio da Rússia restauracionista.

As contradições acima indicadas trazem à luz do dia a crise mundial de direção do proletariado. Objetivamente, evidencia a ausência de uma política e resposta revolucionárias à guerra na Ucrânia e às tendências gerais de decomposição do capitalismo. Política e resposta que somente podem ser encarnadas pela classe operária, organizada em seus partidos marxista-leninista-trotskistas, como seções do Partido Mundial da Revolução Socialista. O imperialismo e a própria oligarquia russa opressora das nacionalidades contam com a ausência de um movimento proletário independente.

Os Estados Unidos e sua ampla aliança imperialista, em particular, se valem da pequena burguesia para combater a Rússia, sob a falsa bandeira do pacifismo. Os maiores sanguinários, que não fazem senão promover guerras de ocupação, como a do Iraque, Afeganistão, Síria, Líbia, etc., se vestem de defensores e humanitários. A classe operária desorganizada não tem podido desmascarar o imperialismo que cerca a Rússia, e a Rússia que exerce a opressão nacional.

É nessas condições que se vêm gestando confusões político-ideológicas entre as massas, chamadas ou a se colocarem do lado dos Estados Unidos, ou da Rússia. E também há confusões em torno à possibilidade de se ter uma posição neutra. Colocado o problema nesse plano e dessa forma, abstrai-se o fundamento de classe da guerra. É bom lembrar as posições do marxismo nesse terreno. Em uma guerra do imperialismo contra uma nação oprimida, é obrigatório se colocar do lado do

país agredido. É o que o POR fez na invasão dos Estados Unidos ao Iraque, Líbia, Afeganistão, etc. Nenhum desses países exercia a dominação por meio da opressão nacional. A guerra entre países imperialistas, como foram os casos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, basta seguir a experiência da Revolução Russa, para se aplicar a doutrina leninista do derrotismo e da guerra civil. A ocupação militar da Ucrânia pela Rússia trouxe um problema aparentemente novo. Isso porque a Rússia constituiu o pilar da primeira revolução proletária vitoriosa e da constituição da URSS. O fato de não ter sido possível a revolução política, que restabelecesse os fundamentos das transformações socialistas, iniciadas com a Revolução de Outubro, o processo de restauração capitalista avançou e levou à derrocada da URSS. A opressão nacional, que foi restabelecida durante os anos do governo de Stalin, ainda se mantinha sob os métodos da burocracia ditatorial, e tão somente refletia as pressões restauracionistas de camadas burguesas e pequeno-burguesas no interior da URSS. É o que mostra o capítulo VI da Plataforma da Oposição sobre a questão nacional.

Certamente, as pressões restauracionistas resultaram gradualmente em intensificação cada vez maior da opressão nacional, ao ponto de, no momento da desintegração da URSS, se manifestar na forma de guerra civil, a exemplo da Chechênia. A restauração capitalista na Rússia, ainda que não completada, implica, não só a manutenção da opressão nacional, como também o seu recrudescimento. Eis por que a Rússia, embora não tenha se elevado à condição de país imperialista, se utiliza de métodos e meios de dominação nacional típicos das potências, o que expressa os interesses da oligarquia restauracionista e o reabilitamento do nacionalismo grão-russo. A intervenção econômica e militar contra o separatismo é oposta a todos os fundamentos que regeram a criação da URSS. Não é porque a Rússia está em posição de defesa contra o cerco da OTAN, que invalida a doutrina leninista da autodeterminação da Ucrânia. A Rússia não terá como quebrar o cerco da OTAN e vencer a ofensiva do imperialismo, oprimindo as ex-repúblicas soviéticas. Somente a classe operária, em luta pelo direito à autodeterminação das ex-repúblicas soviéticas e contra a restauração capitalista, poderá combater as tendências bélicas do imperialismo.

Os acontecimentos demonstram que o desmoronamento da URSS enfraqueceu a Rússia, justamente porque teve de expor abertamente a opressão que exercia sobre as nacionalidades, empurrando-as para os braços do imperialismo. É falsa a tese de que é possível travar uma luta anti-imperialista, oprimindo as débeis ex-repúblicas soviéticas. A opressão nacional é de caráter burguês, e imperialista. Convocar os explorados a apoiar a Rússia opressora das ex-repúblicas soviéticas, em nome da luta anti-imperialista, resulta em grosseira impostura. Mas, a

política do proletariado diante dessa guerra não se atém, nem coloca como ponto de partida, a condenação da opressão nacional exercida pela Rússia. O ponto de partida está em responder ao cerco militar à Rússia, levado a cabo pela OTAN. Trata-se de demonstrar aos explorados que a ofensiva dos Estados Unidos e aliados contra a Rússia objetiva destruir o que restou das conquistas do proletariado na Revolução de Outubro. As massas europeias devem levantar-se contra a militarização montada passo a passo pela OTAN, sob as diretrizes e os interesses dos Estados Unidos.

Para acabar com a opressão nacional exercida pela Rússia, é preciso que o proletariado, como direção da maioria oprimida, recupere o programa e a teoria do bolchevismo, reconstitua a organização soviética, e lute para derrubar a oligarquia dominante, e restabelecer a ditadura do proletariado. Não há bandeiras ou fórmulas mágicas, para quebrar a espinha dorsal do imperialismo e varrer do poder do Estado a burocracia oligárquica restauracionista.

A vanguarda com consciência de classe, que luta na contracorrente, está obrigada a trabalhar no seio do proletariado, dos demais trabalhadores e da juventude, expondo os fundamentos históricos da crise de direção e desenvolvendo as bandeiras que estão de acordo com a situação objetiva, que expressam os fundamentos programáticos da revolução mundial. É preciso ter claro que só se pode lutar contra a guerra sob a estratégia programática dos Estados Unidos Socialistas da Europa. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) realiza sua campanha baseada na estratégia e política do proletariado. As bandeiras - 1) Fora os Estados Unidos da Europa! 2) Desmantelamento da OTAN!; 3) Retirada das Forças Armadas russas da Ucrânia!; 4) Por uma Ucrânia independente e soviética! 5) Abaixo as medidas econômico-financeiras do imperialismo contra a Rússia e a economia mundial! – guiam a ação da vanguarda com consciência de classe. É preciso sempre ter claro que esse embate se dá nas condições em que o proletariado se acha desorganizado e influenciado pelas direções que, em sua imensa maioria, servem de correia de transmissão da política mundial do imperialismo. É nessas condições que a luta contra a guerra travada pelo imperialismo norte-americano e pela oligarquia russa torna mais clara, para os explorados, o fundamental do programa próprio e da organização independente. Torna mais clara a importância de se constituírem novas direções classistas, e recorrer aos métodos da luta de classes. Torna mais clara a tarefa de construir os partidos revolucionários. Torna mais clara a necessidade de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Na sequência publicamos o Capítulo VI da Plataforma da Oposição, Leon Trotsky



A Questão Nacional

O atraso no ritmo geral da construção socialista; o desenvolvimento da nova burguesia na cidade e no campo; o fortalecimento da intelectualidade burguesa; o aumento do burocratismo nos órgãos do Estado; a péssima direção do Partido; e, somado a tudo, isso a agudização de um chauvinismo de Grã-Potência e, em geral, de um espírito nacionalista, encontram sua expressão mais doentia no problema das nacionalidades e das Repúblicas autônomas dentro da União Soviética. As dificuldades crescem, em função de existir, em algumas Repúblicas, resíduos de cultura pré-capitalista.

Sob a Nova Política Econômica (NEP), a influência do capital privado cresce com especial rapidez nas regiões industrialmente atrasadas. Ali, os organismos econômicos baseiam, a miúdo, sua atuação inteiramente sobre o capital privado. Eles fixam os preços, sem levar em conta a situação real da massa camponesa pobre e da classe média; baixam artificialmente os salários da mão-de-obra do campo; difundem excessivamente o sistema burocrático dos intermediários privados entre os industriais e os camponeses, que fornecem a matéria-prima; orientam as cooperativas, no sentido de que prestem maiores serviços às camadas mais ricas das aldeias; não levam em conta os interesses daquele grupo especialmente atrasado que se dedica à criação de gado. O problema essencial – a realização de um plano de construção industrial, especialmente o plano de industrialização dos produtos derivados da agricultura – foi completamente postergado.

O burocratismo, levado por um espírito de exaltado chauvinismo de Grã-Potência, se destacou, ao transformar a centralização dos Soviotes em uma fonte de disputas, no que diz respeito à distribuição dos postos oficiais entre as nacionalidades (a Federação do Cáucaso meridional). Devido a isso, as relações entre o centro e as fronteiras foram relaxadas. O significado do Soviete das nacionalidades ficou reduzido a nada. As repúblicas autônomas foram submetidas a uma tutela burocrática, ao ponto de ficarem despossuídas do direito de resolver as desavenças entre a população local e a população russa. Até agora, o chauvinismo, especialmente tal qual se manifesta por meio do aparato do Estado, continua sendo o principal inimigo da solidariedade e união dos trabalhadores de diferentes nacionalidades.

Um apoio positivo para os pobres, uma situação conjunta da massa geral da classe média camponesa com os pobres e os assalariados, uma organização dos últimos em uma força de classe independente, tudo isso é de grande importância nos territórios e repúblicas nacionais. Sem uma real organização dos trabalhadores agrícolas, sem a criação de cooperativas e a organização dos pobres, corremos o perigo de deixar as atrasadas regiões orientais, em seu tradicional estado de servidão, e nossos Partidos locais naquelas regiões, desprovidos em absoluto de representantes genuinamente operários.

A tarefa dos comunistas, nas mais atrasadas nacionalidades, deve ser a de orientar o desenvolvimento desse despertar nacional para as causas do socialismo soviético. Devemos atrair as massas trabalhadoras para o construtivo trabalho econômico e cultural,

fomentando especialmente o desenvolvimento dos idiomas e escolas locais, e a “nacionalização” do aparato soviético.

Nas regiões que estão em imediato contato com outras nacionalidades ou minorias nacionais, o nacionalismo, que acompanha o desenvolvimento dos elementos burgueses, chega a ser geralmente agressivo. Nessas circunstâncias, a “nacionalização” do aparato local se realiza à custa das minorias nacionais. A questão das fronteiras comparece como uma causa dos rancores nacionais. A atmosfera do Partido, do Soviete e dos sindicatos está infectada de nacionalismo.

A ucranização, a turquificação, etc. podem começar unicamente após ter varrido das instituições e órgãos da União os hábitos burocráticos e chauvinistas de Grã-Potência. Podem começar unicamente no caso de que o predomínio do proletariado na república nacional esteja devidamente garantido, unicamente no caso de nos apoiarmos nas classes mais humildes e afirmarmos uma contínua e irreconciliável luta com os Kulaks e os elementos chauvinistas.

Essas questões revestem especial importância nos centros manufatureiros, tais como na bacia do Don ou Bakú, cuja população proletária pertence em sua maioria a uma nacionalidade distinta das regiões vizinhas. Nesses casos, uma correta relação cultural e política entre a cidade e o campo exige: 1) uma atitude extremamente cortês e genuinamente fraterna das cidades, diante das necessidades materiais e espirituais do distante interior; 2) uma resistência decidida contra toda tentativa

burguesa de romper a união entre a cidade e o campo, contra a manutenção da arrogância burocrática diante dos distritos rurais, contra a fomentação reacionária do inimigo Kulaks, voltada à cidade.

Nosso regime burocrático confiou a redação do estatuto de seu superficial projeto de “nacionalização” aos funcionários, especialistas e professores pequeno-burgueses, que estão unidos com os inumeráveis vínculos sociais e culturais às esferas mais elevadas da cidade e do campo. Eles acomodam sua política aos interesses dessas classes mais elevadas. Com isso, não fazem senão alijar do Partido e dos poderes soviéticos os pobres, empurrando-os aos braços dos comerciantes, dos usurários, dos sacerdotes e dos elementos feudal-patriarcal. Ao mesmo tempo, nosso regime burocrático deixa de lado um dos elementos genuinamente comunistas, denunciando-os frequentemente como “perturbadores”, e perseguindo-os de todas as formas imagináveis. Isso ocorreu, por exemplo, a um importante grupo de velhos bolcheviques georgianos, ao qual o grupo de Stalin olhava com desagrado. Grupo esse que Lênin teve de defender calorosamente, no último momento de sua vida.

A ascensão da massa trabalhadora das repúblicas e territórios nacionais, que deu lugar à Revolução de Outubro, é a razão pela qual essas massas aspiram uma livre e imediata participação no trabalho construtivo da vida do país. Nosso regime burocrático trata, no entanto, de sufocar essa aspiração, amedrontando as massas com o espantinho do nacionalismo local.

O XII Congresso de nosso Partido reconheceu a necessidade de

A tarefa dos comunistas, nas mais atrasadas nacionalidades, deve ser a de orientar o desenvolvimento desse despertar nacional para as causas do socialismo soviético.

uma luta contra “os vestígios do chauvinismo de Grã-Potência”, contra a desigualdade econômica e cultural das nacionalidades dentro da União Soviética, contra “os vestígios de nacionalismo em uma série de regiões onde ocorreu o pesado jugo da opressão russa”. A IV Conferência do Partido (1923), com os funcionários qualificados das repúblicas e territórios nacionais, declarou que “um dos problemas básicos do Partido é a educação e desenvolvimento das organizações comunistas entre os elementos proletários e semiproletários da população compreendida naquelas repúblicas e territórios nacionais”. A Conferência aprovou por unanimidade que os Comunistas que se dirigissem às Repúblicas e territórios mais atrasados devem desempenhar o papel “não de pedagogos e mentores, mas sim de auxiliares”. Durante os recentes anos, os fatos têm mostrado uma direção oposta. Os dirigentes do aparato nacional do partido, designados pelo Secretário do Comitê Central, fazem por conta própria os acordos de todo o Partido e dos Sovietes. Eles agrupam os trabalhadores ativos das nacionalidades, considerando-os como uma espécie de comunistas de segunda categoria, os que devem intervir nos assuntos unicamente para que tenham uma mera “função representativa” (Crimeia, Cazaquistão, Turquestão, Tartária, as montanhosas províncias do Cáucaso do Norte, etc. Por cima de todos os partidos operários locais, se estabelece sistematicamente a divisão de seus componentes em “direita” e “esquerda”, a fim de que o secretário nomeado pelo órgão central possa arbitrariamente dirigir ambos os grupos.

Na esfera de nossa política nacional, exatamente como em outras esferas, é necessário novamente adotar a atitude de Lênin, ou seja:

- 1) Realizar um esforço incomparavelmente mais sistemático, mais doutrinário, mais insistente, a fim de evitar as divisões nacionalistas entre os trabalhadores de diferentes nacionalidades, adotando especialmente uma atitude respeitosa para com os operários “nacionais” recém chegados, contribuindo para aumentar sua capacidade, melhorando suas condições de vida, e elevando seu nível de cultura; lembrando tenazmente que a base verdadeira para pôr os distritos nacionais mais atrasados em condições de colaborar com a obra construtiva dos Sovietes consiste em criar e fomentar muitos núcleos proletários na população local;
 - 2) Revisar o plano econômico quinquenal, com o objetivo de acelerar o curso da industrialização nas regiões atrasadas, e elaborar um plano quinquenal que leve em consideração os interesses das repúblicas e territórios nacionais; orientar nossa política econômica para o desenvolvimento de cultivos especiais entre os sitiantes pobres e de classe média (o algodão na Ásia Central, o tabaco na Crimeia, Abkhazia, etc.). O projeto de cooperativas de crédito e também o projeto de melhorias e reformas (na Ásia Central, na região do Cáucaso, etc.) devem ser executados atendendo estritamente a uma política de classe, e em consonância com os problemas fundamentais da construção socialista; é, pois, indispensável que se preste a maior atenção ao desenvolvimento das cooperativas dedicadas à indústria de carne, e que se leve a cabo a exploração industrial das matérias-primas da agricultura, de forma adequada às condições das distintas localidades. Além disso, convém revisar nosso plano de distribuição de terras de cultivo, desenvolvendo-o estritamente de acordo com as necessidades
- que impõe uma acertada política, no que se refere à questão nacional;
 - 3) Levar conscienciosamente a cabo a política de nacionalização do Soviete, e também do aparato do Partido, dos sindicatos e das cooperativas, dentro de um espírito genuíno de classe e internacionalista, e salvaguardando as relações entre as nacionalidades; empreender uma luta decidida contra a atitude dos colonos a respeito das atividades do Estado, das cooperativas e de outros órgãos; abolir toda mediação burocrática entre o centro e as fronteiras; estudar o experimento da Federação Caucásica meridional, do ponto de vista de seus êxitos e fracassos, ao fomentar o desenvolvimento industrial e cultural daquelas nacionalidades;
 - 4) Varrer sistematicamente todo obstáculo que se oponha à máxima união e fortalecimento possíveis dos operários das diferentes nacionalidades dentro da União soviética, sobre a base de uma construção socialista e da revolução internacional; empreender uma enérgica luta contra a mecânica imposição do idioma nacional predominante aos operários e camponeses de outras nacionalidades. Nessa questão, as massas trabalhadoras devem poder manifestar-se com absoluta liberdade de eleição. Os direitos de cada uma das minorias nacionais dentro dos departamentos de suas respectivas repúblicas devem ser garantidos. Em relação a esse particular, é preciso prestar especial atenção àquelas circunstâncias excepcionais subsistentes entre as nacionalidades primitivamente oprimidas e as nacionalidades opressoras;
 - 5) Uma firme implantação da democracia que vigore no interior do Partido, em todas as repúblicas e territórios nacionais; repúdio absoluto de toda atitude de mando aos não-russos, repúdio da política encaminhada a dividir os comunistas não-russos em direita e esquerda; uma cuidadosa promoção e instrução dos proletários mais humildes, dos semiproletários, dos proletários do campo, e dos camponeses anti-Kulaks, membros do Partido;
 - 6) Repúdio da tendência de Ustrialof, e de todo tipo de tendências de Grã-Potência, especialmente nos comissariados centrais e no aparato do Estado em geral. Um esforço educativo para se contrapor ao nacionalismo local, sobre a base de uma clara e consistente política de classe na questão nacional;
 - 7) Transformação dos Sovietes de nacionalidade em órgãos realmente atuantes, em conexão com a vida das repúblicas e territórios nacionais, e realmente capazes de defender seus interesses;
 - 8) Cuidadosa atenção sobre a influência do problema nacional na atuação dos sindicatos e sobre o problema da constituição de uniões proletárias nacionais. Os assuntos dentro dessas uniões devem ser tratados no idioma local, e os interesses de todas as nacionalidades e das minorias nacionais devem ser cuidadosamente protegidos;
 - 9) Sob nenhuma circunstância, não conceder direitos civis aos exploradores;
 - 10) Convocar a V Conferência das nacionalidades sobre a base da representação real das classes “inferiores”;
 - 11) Publicação na Imprensa da carta de Lênin acerca da questão nacional, que contém uma crítica à atuação de Stalin a propósito desse assunto.

(Traduzido do livro “A Situação na Rússia depois da revolução”, Leon Trotsky, Distribuidora Baires S.R.L, Argentina)

Argentina**Congresso aprovará o acordo colonial com o FMI****Só pode ser derrotado com o programa e métodos da classe operária**

O acordo antinacional com o FMI é iminente. O pacto entreguista será enviado ao Congresso Nacional nos últimos dias de fevereiro, procurando nos fazer acreditar que será “amplamente debatido”, naquela cova de bandidos. Mas não passa de uma mera formalidade... a etapa final em que se aprovará esse monumental ato de corrupção e entreguismo, que se iniciou com Macri, e que se concluirá no governo nacional de Alberto Fernández e Cristina Kirchner.

As Câmaras de Senadores e Deputados deverão aprová-lo com celeridade, evitando que o acordo seja adiado até o próximo vencimento da dívida, em meados de março. Fica claro o papel reacionário que as instituições da burguesia são chamadas a cumprir em tempos de crise: legitimar a entrega da soberania nacional. Uma instituição contrária aos interesses dos oprimidos.

O FMI destaca, por meio de um de seus principais porta-vozes, Gerry Rice, que já existem “entendimentos prévios sobre subsídios à energia” e que restaria apenas o acordo definitivo. Ele se refere à bateria de aumentos tarifários e redução de gastos sociais, que acompanham essa entrega do país ao FMI, encarregado de monitorar esses “entendimentos” a cada 3 meses. É por isso que dizemos repetidamente que o verdadeiro comando da economia passou para Washington... ao FMI.

Não é segredo, portanto, a natureza do acordo e as implicações práticas que terá. Um acordo que só pode ser pago com mais pobreza, mais fome, mais desemprego, mais ajustes. Esse é o único crescimento com o qual o governo está comprometido.

As mobilizações massivas para repudiar o FMI e o pagamento da dívida externa fraudulenta são muito importantes. Levantaram-se vozes de diversos setores contra a entrega e submissão do país aos ditames do capital finan-

ceiro. Destacamos as massivas marchas ocorridas em 8 de fevereiro, nas principais cidades contra o FMI, lideradas por organizações de esquerda, como a de dezembro, como a convocada pelas Mães da Praça de Maio em 17 de outubro, como as enormes mobilizações de 2018, quando foi anunciado o retorno do FMI. Não houve plenário ou assembleia que não se pronunciasse contra o endividamento criminoso promovido por Macri, sob a presença do FMI.

de acabar com a submissão.

Dizemos, repetidamente, que não se deve confiar no Congresso, que votou todos os orçamentos e reconheceu o endividamento feroz, e não confiar na Justiça, que conhece perfeitamente todos os mecanismos de saque. Pouco importa como o Congresso vote, antecipamos que não será um obstáculo para que a dívida seja reconhecida e paga. Esse é o seu papel do Congresso em toda a história.

É em torno das reivindicações mais urgentes dos oprimidos, que será possível generalizar a luta para romper pelo vértice qualquer acordo antinacional.

No entanto, as mobilizações e o repúdio ao acordo por parte de centenas de organizações e lideranças não são suficientes. Devemos dizer que a burguesia, seus partidos e suas instituições - seja lá quem esteja no governo - estão submetidos ao imperialismo. Somente se a classe operária se independizar politicamente independente do governo patronal e dos empresários, se recuperar os sindicatos e as centrais, será possível derrotar o FMI e seus planos.

É preciso parar o país para impor a defesa dos salários, das aposentadorias, do pleno emprego, dos orçamentos e dos recursos naturais. É em torno das reivindicações mais urgentes dos oprimidos, que será possível generalizar a luta para romper pelo vértice qualquer acordo antinacional.

Somente se a classe operária se levantar com seus próprios métodos de luta - greves, piquetes, bloqueios e ocupações -, será possível derrotar a política da burguesia e do imperialismo. Setores importantes da classe média mostram sua indignação e ganham as ruas, o que é muito importante, mas não basta. A classe operária, como sempre foi na história, é a que deve se tornar a direção da revolta popular, capaz

Com esta compreensão, devemos trabalhar para resolver a crise da direção revolucionária, que tem como perspectiva a revolução e a ditadura do proletariado, para acabar de uma vez por todas com a ditadura do capital, com a grande propriedade dos meios de produção, para colocar todos os recursos materiais e humanos a serviço da grande maioria da população, que afunda cada vez mais na pobreza, no desemprego e na miséria

(Extraído do Jornal Massas, nº 410, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



ESTADO POLICIAL NA COLÔMBIA

O saldo de 33 líderes camponeses, indígenas e ex-guerrilheiros das FARC assassinados, desde o começo de 2022, demonstram que, na Colômbia, continua vigente o terrorismo paramilitar e estatal, método que foi institucionalizado pela burguesia e pelos latifundiários, bem como pelo governo nacional, para retaliar os explorados e oprimidos que se colocam pelo combate ao capitalismo. A sanha é ainda maior, em se tratando de ex-guerrilheiros, que, após assinarem os acordos de Paz, em 2016, sobrevivem de pequenos negócios, ou lavrando a terra.

É nas zonas rurais, onde os indígenas e camponeses enfrentam os latifundiários pela posse das terras, que os métodos terroristas são mais intensamente aplicados. É corrente assistir a imprensa noticiar a responsabilidade de grupos guerrilheiros que não se submeteram ao processo de paz, de paramilitares e até esquadrões do exército pelos massacres. Mas, sempre se oculta a reponsabilidade da burguesia e dos latifundiários como principais responsáveis.

Os crimes e chacinas têm, no fundo, os interesses dos monopólios, da burguesia narcotraficante e dos latifundiários, em tomar posse de crescentes porções de territórios e terras, para ampliar seus lucros, sejam lícitos ou criminosos, tendo por coadjuvante o Estado burguês, que garante a impunidade dos assassinos, e a marcha de suas indústrias e negócios. O mesmo conteúdo de classe e interesses econômicos estiveram presentes na violenta repressão policial, com dezenas de mortos, centenas de feridos e milhares de presos, quando do levante operário e popular de 2021, que enfrentou e derrotou o pacote de contrarreformas de Duque.

A burguesia sabe que a permanência dos estragos das crises econômica e sanitária sobre as massas as obrigarão a se levantar novamente em defesa de suas mínimas condições de vida, projetando a luta de classes, e abrindo passagem a novas crises e revoltas operárias e populares. Eis por que o governo de Duque deu mais um passo em fortalecer o Estado policial, que há décadas vem se construindo com apoio do imperialismo.

Em sessões extraordinárias, em fevereiro, o Congresso decidiu aprovar uma nova Lei de Segurança, que amplia os poderes repressivos do Estado, especialmente orientados à repressão política dos protestos de massas. Endurecem-se as punições contra participantes ou organizadores de piquetes e bloqueios de rua, e manifestantes que dificultem

sua identificação. Aumentarão, também, as penas por ataques contra a “integridade das forças policiais”. E criou-se a figura jurídica da “legítima defesa”, para acobertar os assassinatos e abusos policiais. Segundo Duque, trata-se de uma medida exigida pelos empresários, para garantir o “legítimo direito à propriedade privada”.

O agravamento do quadro repressivo combina-se com uma brutal queda do poder aquisitivo dos salários. A inflação subiu, até atingir 5,6%: um recorde histórico, enquanto os salários caem. O governo aprovou um aumento de 11% nos preços dos combustíveis. Alimentos e produtos de consumo popular registraram uma alta de 20%; óleos, 50%; e frutas, 30%. O golpe é ainda maior para pobres e miseráveis, que conformam mais de 60% da população.

Surpreende notar que, em face desse quadro geral de desagregação social e de avanço repressivo, o Comitê Nacional de Greve (CNP) – organismo criado pelas direções sindicais e dos movimentos populares em 2021, como centro político dos protestos e levantes, que derrubaram o projeto de lei previdenciária – apenas ameaça organizar uma greve de um dia. Contudo, nada faz para organizar assembleias nas fábricas e bairros, convocando as massas a repelirem o avanço do Estado policial, e a defenderem o aumento dos salários.

As ilusões democráticas, despertadas pelas próximas eleições gerais, que, segundos pesquisas, dariam a vitória ao nacional-reformista Gustavo Petro, no segundo turno, é apresentada pela burocracia, pelos partidos reformistas e pelos movimentos feministas e ecologistas pequeno-burgueses como uma oportunidade única para tirar a direita do poder. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é parte do pacto eleitoral de Petro com as direções burocratizadas dos sindicatos. O problema está em que se exploram as ilusões democráticas dos trabalhadores, para não lutar por um programa próprio de reivindicações. Luta que levaria a classe operária a tomar a frente da maioria oprimida contra o Estado policial.

A vanguarda classista está diante da tarefa de enfrentar, no interior dos sindicatos e das massas, com as reivindicações e os métodos da ação direta, a política de conciliação e democratismo burguês do CNP. Partindo das necessidades básicas da maioria oprimida, é possível pôr em pé um movimento contra o Estado policial.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**